

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais

A Odontoprev S.A. (Companhia ou OdontoPrev) iniciou suas operações em 28 de agosto de 1987 e tem por objeto social a atividade de operação de planos privados de assistência odontológica e, nesse sentido, a administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista em outras sociedades civis ou comerciais, em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

Em 19 de agosto de 2010, a OdontoPrev firmou Memorando de Entendimentos, sem efeito vinculante, com BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), Bradesco Seguros S.A. (Bradesco) e ZNT, com o objetivo de formar aliança estratégica para o desenvolvimento e comercialização de produtos do ramo odontológico. A aliança envolve estudos para a criação de empresa com participação de 75% do capital total (49,99% do capital votante e 100% do capital preferencial) da BB Seguros e de 25% do capital total (50,01% do capital votante) da OdontoPrev. Serão disponibilizados, em caráter de exclusividade, os canais de distribuição do Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou BB) para a comercialização de produtos do ramo odontológico pela OdontoPrev, pelo prazo de 10 anos, bem como a contratação de planos odontológicos pelos colaboradores do BB e seus dependentes.

A efetivação da operação está sujeita à realização de estudos técnicos, jurídicos, financeiros, à negociação satisfatória dos documentos definitivos e ao cumprimento das formalidades legais e regulatórias aplicáveis.

Em 16 de novembro de 2010 a OdontoPrev firmou contrato provisório de operação de plano odontológico com o Banco do Brasil, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e o Regulamento de Licitações do Banco do Brasil, para início da prestação de serviços a funcionários e dependentes a partir de 19 de novembro de 2010, inclusive.

A Companhia possui participação nas seguintes empresas controladas diretas e indiretas:

	Participação no capital social (%)			
	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Clidec - Clínica Dentária Especializada Cura Dar's Ltda. (Clidec)	99,9	-	99,9	-
Odontoprev Serviços Ltda. (OdontoPrev Serviços)	99,9	-	99,9	-
Garcia Pedrosa Ltda. (Rede Dental)	99,9	-	99,9	-
Easy Software Ltda. (Easy)	-	51,0	-	51,0
Adcon Administradora de Convênios Odontológicos Ltda. (Adcon)	99,9	-	99,9	-
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	-	99,9	-	99,9

(a) Clidec: empresa constituída em 02 de julho de 1970 para operar planos odontológicos através de rede própria e credenciada, bem como atuar como prestadora de serviços de assistência odontológica.

(b) OdontoPrev Serviços: empresa constituída em 03 de dezembro de 1999, tem por objeto social a prestação de serviços de assessoria comercial, consultoria e gestão de negócios para empresas em geral, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Rede Dental: empresa constituída em 31 de agosto de 1990 para operar planos privados de assistência odontológica e, nesse sentido, a administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas físicas e jurídicas.

(d) Easy: empresa constituída em 03 de novembro de 1993, tem por objeto social o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

(e) Adcon: empresa constituída em 14 de abril de 1997, tem por objeto social a administração e a comercialização de planos odontológicos como operadora de odontologia de grupo.

(f) Dental Partner: empresa constituída em 14 de novembro de 2008, sendo controlada pela Clidec em 99,9%, tem por objeto social o comércio atacadista e varejista de produtos e equipamentos odontológicos, saneantes, drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

A Companhia e suas controladas Rede Dental e Adcon enquadram-se como operadora odontológica no segmento odontológico terciário, e sua controlada Clidec como operadora odontológica no segmento odontológico próprio, de acordo com a Resolução RDC nº 39 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 27 de outubro de 2000.

Odontored CV

Em 13 de agosto de 2009 foi constituída a Odontored CV Sociedad Anônima de Capital Variable, localizada na Cidade do México - México, que tem como objeto social o desenvolvimento de planos de assistência odontológica incluindo sua operação, administração e comercialização, bem como a prestação de serviços de assistência odontológica direta ou indiretamente através de terceiros.

O montante de capital social e adiantamentos para futuro aumento de capital é de \$24.441.204 pesos mexicanos, sendo a participação da OdontoPrev de 40% e os 60% remanescentes pertencentes a IKE Grupo Empresarial.

Em 31 de dezembro de 2011 a parcela de investimento registrado na Companhia é de R\$499 (R\$740 em 31 de dezembro de 2010).

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 01 de março de 2012.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Incorporações

Nas seguintes Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) foram aprovadas incorporações de empresas controladas pela OdontoPrev:

- 03 de março de 2008 - DentalCorp.
- 01 de dezembro de 2008 - Care Plus, SRJSPE e Biodent.
- 01 de dezembro de 2009 - Sepao, OdontoServ e Prontodente.
- 01 de julho de 2010 - Bradesco Dental.

De acordo com os protocolos de justificação, a integração das atividades desenvolvidas pela Companhia e pelas empresas incorporadas proporcionará uma maior otimização e sinergia de suas respectivas operações, gerando benefícios financeiros e comerciais.

Os principais fatos e eventos associados a essas operações foram os seguintes:

- O capital social da Companhia não foi aumentado em razão da totalidade do capital social das empresas incorporadas ser por esta direta ou indiretamente detido.
- Os saldos de ativos, passivos e patrimônio líquido utilizados para fins de incorporação estão de acordo com laudo de avaliação contábil.
- As variações patrimoniais posteriores às datas-base dos balanços usados para avaliação foram devidamente escrituradas em seus respectivos livros contábeis, e os saldos foram refletidos nos balanços patrimoniais da Companhia após a aprovação da incorporação pelos acionistas e sócios das empresas envolvidas.
- Os ágios oriundos das aquisições das empresas incorporadas estão classificados como "intangível", nota 14.

3. Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Elaboração e apresentação

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas, estão mencionadas na nota 5.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal no Brasil.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas da ANS, e de acordo com os requisitos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme destacado na nota 4.

3.2 Consolidação

3.2.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as empresas nas quais a Companhia tem influência e controle direto ou indireto na administração financeira e operacional, geralmente representadas por mais de 50% das ações com direito a voto ou em que retém a maioria dos riscos e benefícios originados desse investimento, segundo as regras do IFRS. As controladas são consolidadas a partir da data pela qual o controle é transferido à OdontoPrev.

É adotado o método de contabilização da aquisição para registro contábil das combinações de negócios, sendo o registro efetuado pelo valor justo de transferência dos ativos, passivos e patrimônio, apurados no momento da aquisição. Os custos relacionados a aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. A participação de não controladores nas empresas controladas é reconhecida proporcionalmente tomando por base o valor justo no momento da aquisição.

O excesso entre o valor pago e o valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial é registrado como ágio (*goodwill*), após a alocação em itens tangíveis e/ou intangíveis.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos em suas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais. Também são eliminados os saldos ativos, passivos e de resultado decorrentes de transações entre as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos da Companhia e de suas controladas, conforme quadro de participações apresentado na nota 1.

As políticas contábeis das controladas foram alteradas quando necessário, para garantir a consistência das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com o IFRS, e a aplicação das políticas contábeis escolhidas pela Companhia.

(b) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, possuindo geralmente uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

3.2.2 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas para chegar ao valor do resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais determina a avaliação dos investimentos pelo método da equivalência patrimonial, de forma divergente do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, que prevê a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo custo ou valor justo.

3.2.3 Demonstrações do resultado abrangente

A Companhia e suas controladas não possuem: (i) plano de pensão; (ii) ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda; (iii) operações de *hedge*; (iv) ganhos/perdas em conversões monetárias. Neste sentido, não serão apresentadas demonstrações do resultado abrangente.

3.3 Apresentação de relatório por segmentos operacionais

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais e estratégicas da Companhia, a Diretoria Estatutária, a qual é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, conforme apresentado na nota 21.

3.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da controlada utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do período.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, os quais possuem vencimentos originais de três meses com risco insignificante de mudança de valor. Na nota 7 destacamos a composição de caixa e equivalentes de caixa.

3.6 Ativos financeiros

3.6.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros, conforme determinação da Administração no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas como ativos circulantes conforme composição destacada na nota 8.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e de suas controladas compreendem as contas a receber de clientes (créditos de operações com planos de assistência à saúde, conforme nota 9).

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde correspondem às contraprestações pecuniárias a receber pela venda de planos odontológicos coletivos ou individuais padronizados ou personalizados.

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde ou de faturamento antecipado, conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço, e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos.

3.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações de valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são apresentados na demonstração do resultado do período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros conforme nota 3.6.5.

3.6.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo seguindo a hierarquia abaixo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado.

A Companhia possui como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e com uma política prudente de gestão de risco de liquidez. Na nota 8 destacamos a composição das aplicações financeiras, as quais classificamos no nível 1 (títulos públicos) e nível 2 (CDBs e outros).

3.6.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6.5 Recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os critérios que a Companhia e suas controladas adotam para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
- desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
- dados indicando que há redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Companhia e suas controladas mensuram a provisão. Nesta circunstância o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor da provisão é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado.

A provisão para perdas sobre créditos é constituída segundo orientações do CPC 38/IAS 39 que prevê a avaliação de evidência objetiva de perda no valor recuperável individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou coletivamente para os que não sejam individualmente significativos ou que possuem características semelhantes de risco de crédito.

3.7 Ativos não circulantes

3.7.1 Realizável a longo prazo

Representado por imposto de renda e contribuição social diferidos, e outros ativos não circulantes (depósitos judiciais – nota 11.2 e outros créditos receber – nota 11.3), apresentados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as provisões para perdas.

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente quando aplicável, tomando por base de origem da transação, quando relevantes. Na data-base dos balanços, não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação dessa prática contábil.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo)

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for recuperado. Basicamente constituído sobre diferenças temporárias relativas à: ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente de controladas incorporadas (tal benefício fiscal está registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes CPC 32/IAS 12 e está embasado no futuro aproveitamento fiscal gerado no curso ordinário dos negócios da OdontoPrev); provisão para perdas sobre créditos; contingências fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas; e provisões diversas (exceto aquelas suportadas por nota técnica atuarial aprovada pela ANS), conforme destacado na nota 11.1.

(b) Depósitos judiciais

Referem-se, basicamente, a depósitos de processos judiciais relativos à cobrança do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) sobre autônomos e a majoração de alíquota da COFINS, conforme mencionado na nota 11.2.

3.7.2 Investimentos

Representados por investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em seus respectivos balanços patrimoniais apurados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, conforme nota 12.

3.7.3 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida econômica estimada dos bens às taxas anuais mencionadas na nota 13.

O imobilizado é composto, em sua maioria, por equipamentos de computação e móveis.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil deste for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos no grupo “despesas administrativas”, na demonstração de resultado.

3.7.4 Intangível**(a) Ágio na aquisição de investimentos**

Refere-se ao ágio (*goodwill*) fundamentado na geração de lucros futuros, pagos na aquisição de investimentos (participações em controladas) mencionados na nota 14.1. É representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida e da alocação de itens intangíveis.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*), conforme destacado na nota 14.2. É contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, as quais não são revertidas.

(b) Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de *softwares* e outros

Os gastos com desenvolvimento de sistemas e licença de uso de *software* são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e nos necessários para fazer com que os mesmos estejam prontos para serem utilizados. São amortizados pelo método linear, pelo prazo de 60 meses, conforme nota 14.3.

Os gastos incorridos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa. Os custos relativos ao desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Valores de ágio atribuídos a marca, carteira de clientes e acordo de não competitividade são agrupados em "outros". Tais itens são amortizados pelo método linear, pelos prazos identificados em laudo de avaliação conforme destacado nas notas 14.3 e 31.

(c) Despesas de comercialização diferidas

A Companhia registra como despesas de comercialização diferidas ("DAC" ou *Deferred Acquisition Costs*) os gastos que são diretamente incrementais e relacionados à origem ou a renovação de contratos, ou seja, os valores pagos a título de agenciamento, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos. Esse ativo é apropriado ao resultado segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de expiração do risco.

3.8 Recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros

A Deliberação CVM nº 639/10, CPC 01 (R)/IAS 36, determina que as companhias e suas controladas efetuem análise periódica sobre recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com a finalidade de serem revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para o cálculo da depreciação e amortização.

É efetuada a análise do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação de ativos; e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de complementar ou reverter provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em unidades de negócio (empresas adquiridas ativas e/ou incorporadas).

3.9 Contratos de planos de assistência odontológica

Na adoção inicial do CPC 11/IFRS 4, a Companhia efetuou o processo de classificação de todos os contratos de planos de assistência odontológica com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes, considerando, adicionalmente, todos os cenários com substância comercial em que o evento segurado ocorre, comparado com cenários em que o evento segurado não ocorre. A Companhia emite contratos de assistência odontológica que transferem risco financeiro, risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos ou ambos (vide notas 6.1 e 6.2). Em geral, a Companhia define como risco significativo de seguro a possibilidade de incorrer em sinistralidade superior às mensalidades pagas pelos beneficiários. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante.

A Companhia classificou os contratos relativos a planos coletivos pós-pagamento como "contratos de investimento" na aplicação inicial do CPC 11/IFRS 4.

O pronunciamento técnico CPC 11/IFRS 4 não foi aprovado pela ANS, mas seguindo orientações da CVM, a Companhia o aplicou em suas demonstrações financeiras.

(a) Despesas de comercialização diferidas

Vide comentários da nota 3.7.4, item c.

(b) Passivos de contratos de comercialização de planos odontológicos

Os contratos que transferem risco significativo de seguro para a Companhia são avaliados segundo uma metodologia ou modelo contábil aplicável para contratos desta natureza. Na adoção do IFRS, a Companhia utilizou as regras do CPC 11/IFRS 4 para avaliação destes contratos, aplicando as regras e os procedimentos mínimos previstos no CPC 11/IFRS 4 que incluem: (i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro (ou LAT, *Liability Adequacy Test*); (ii) o processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro ou contratos de investimento; e (iii) a identificação de derivativos embutidos.

(c) Teste de adequação dos passivos (LAT)

Em conformidade ao CPC 11/IFRS 4, a Companhia elaborou em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 o teste de adequação dos passivos para todos os contratos de assistência odontológica vigentes na data de execução do teste. Este teste considera como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11/IFRS 4, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros e que também inclui as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros, utilizando-se as premissas da data de execução do teste, não identificando nenhuma insuficiência.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caso seja identificada qualquer deficiência, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo DAC ou os custos de aquisição diferidos até o limite de zero (ou outros ativos intangíveis, como os originados de contratos de exclusividade e diretamente relacionados a contratos de seguro) e depois constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste quando o valor da perda ultrapassar o saldo contábil desses ativos intangíveis. Qualquer ativo intangível, como exemplo DAC, que tenha sido baixado como resultado deste teste não é subsequentemente restabelecido pela Companhia em circunstâncias em que o teste demonstre resultados favoráveis para a Companhia em períodos futuros.

3.10 Provisões técnicas

As operadoras deverão constituir, mensalmente, de acordo com as determinações da RN nº 209/09 da ANS, alterada pelas RNs nº 227/10, 243/10 e 274/11 da ANS a “provisão para eventos ocorridos mas não avisados” (PEONA), estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Companhia. Até 31 de dezembro de 2010 era facultativa a constituição da PEONA para as operadoras exclusivamente do segmento odontológico, em optando pela constituição, é indispensável o prévio encaminhamento de Nota Técnica Atuarial (NTA), contendo a metodologia de cálculo, para análise e aprovação da ANS, passando a ser obrigatória a partir da data da efetiva aprovação.

A partir de 01 de janeiro de 2011, a PEONA passou a ser obrigatória para operadoras com mais de 20.000 beneficiários. Até que haja aprovação da NTA as operadoras devem constituir valores mínimos de PEONA observando o maior entre 9,5% do total de contraprestações e 12% do total de eventos indenizáveis nos últimos 12 meses na modalidade de preço preestabelecido. Deverá ser observada a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 do valor calculado pelo prazo máximo de 36 meses.

A Companhia protocolou junto à ANS ofício apresentando NTA contendo metodologia de cálculo para constituição de PEONA. Enquanto aguarda a aprovação por parte da ANS, a Companhia registrou o montante apurado dessa provisão no passivo circulante “provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados”, conforme nota 15. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e sua controlada Rede Dental registraram os montantes apurados de PEONA no grupo “outras contas a pagar”, conforme nota 18, reclassificando para o passivo circulante “provisão de eventos ocorridos e não avisados”, a parcela mínima definida pela RN nº 243/10. A controlada Rede Dental manteve o mesmo procedimento adotado em 31 de dezembro de 2010 para o exercício de 31 de dezembro de 2011.

Em decorrência da publicação da RN nº 206/09, os saldos registrados no passivo circulante referentes à “provisão de riscos” ou “provisão de prêmios não ganhos”, previstos na regulamentação anteriormente vigente, foram revertidos em sua totalidade em contrapartida à conta de resultado “variação das provisões técnicas”.

Os eventos a liquidar com operações de assistência odontológica passaram a ser classificados a partir de 2010 como “provisão de eventos/sinistros a liquidar” no grupo “provisões técnicas de operações de assistência odontológica” de acordo com IN nº 36/09, alterada pela IN nº 46/11. Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da análise da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos.

3.11 Tributos e contribuições a recolher

(a) Obrigações fiscais federais

- (i) Imposto de renda e contribuição social:** são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 ao ano, e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.
- (ii) Demais obrigações fiscais federais:** composta pelas provisões para o Programa de Integração Social (PIS), e para a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) os quais são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para o PIS é constituída à alíquota de 0,65% e para a COFINS à alíquota de 3,0%, ambas sobre o faturamento deduzido de eventos indenizáveis pagos.

(b) Obrigações fiscais municipais

Corresponde à provisão para o Imposto sobre Serviços (ISS) calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para ISS é constituída às alíquotas que variam de 2,0% a 3,0% sobre o faturamento deduzido de eventos indenizáveis pagos.

3.12 Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

3.13 Demais passivos circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias e dos encargos incorridos.

3.14 Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo)

Os passivos fiscais diferidos cuja exigibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultam em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

3.15 Passivos contingentes e obrigações legais

A Companhia avalia suas contingências passivas de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25/IAS 37, na qual apenas os processos estimados como “Perdas Prováveis”, onde 100% do valor da causa é provisionado. De acordo com o histórico, também são provisionados, com valor equivalente a 50% do valor estimado, os processos avaliados como “Perdas Possíveis”, que possuem como objeto tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos em que a Companhia e/ou suas controladas são partes. Adicionalmente são analisados individualmente os processos administrativos com autuação pelos Órgãos de Defesa do Consumidor e Agência Reguladora (ANS), pendentes de julgamento, para os quais são estabelecidas estimativas individuais, que podem ser alteradas a depender da fase processual ou definição de entendimentos pelos órgãos.

A Companhia e suas controladas também consideram relevantes, efetuando provisionamento, os processos administrativos em trâmite perante ANS e outros órgãos (ex: Procon), especialmente aqueles em que houve aplicação de sanção pecuniária. Os processos perante a ANS, a depender do seu resultado, podem gerar impacto nos indicadores de desempenho das operadoras de saúde, e os processos perante os órgãos de proteção ao consumidor podem acarretar danos à imagem da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, são provisionados os processos que envolvem tratamentos odontológicos, com probabilidade de perdas possíveis, os quais estão diretamente relacionados com as atividades da Companhia e suas controladas que a depender do seu resultado, podem: a) evidenciar uma falha na operação; b) indicar possível deficiência na prestação; c) macular a imagem da Companhia e suas controladas.

(a) Passivos contingentes

São constituídos pela Administração, quando considerados prováveis, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos; na causa das ações; na similaridade com processos anteriores; na complexidade da causa e o posicionamento do judiciário, sempre que for provável que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

(b) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

3.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

A Companhia compra ações de sua própria emissão para lastrear o programa de opção de compra de ações (nota 20.5), as quais são registradas como dedutibilidade das reservas de lucros.

3.17 Reconhecimento das receitas

(a) Contraprestações efetivas

As receitas com contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência odontológica na modalidade de preço pré-estabelecido são obrigatoriamente apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - *pro rata die* - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As parcelas das contraprestações correspondentes aos dias do período de cobertura referentes ao mês subsequente estão contabilizadas na conta de faturamento antecipado, redutora do ativo circulante de acordo com determinações da RN nº 206/09.

(b) Vendas de bens e serviços

As receitas com vendas de bens e serviços, provenientes de nossas controladas, relativas ao desenvolvimento e suporte para manutenção de *software*, são apropriadas ao resultado conforme regime de competência.

(c) Financeiras

Consiste nas receitas geradas pelas aplicações financeiras, atualizações de créditos tributários e depósitos judiciais.

3.18 Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, juntamente com a constituição da PEONA. Os custos com operação da rede própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

3.19 Benefícios a empregados (remuneração variável)

As participações de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, são classificadas como resultado de participações, em despesas operacionais. A Companhia e suas controladas adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de empregados como resultado de participações, em despesas operacionais, conforme determinações do CPC 33/IAS 19; e (ii) efetuam o cálculo e contabilização, em despesas operacionais, de todos os custos estimados de opções de compra de ações outorgadas relativos aos contratos de pagamento baseados em ações existentes a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, inclusive, conforme determinações contidas no documento CPC 10/IFRS 2. A contabilização dessas despesas operacionais é em contrapartida à conta do patrimônio líquido "opções outorgadas".

A Companhia concede opções de compra de ações (*stock options*) que são exercidas em data futura e após um período de carência, cujo exercício é sujeito à permanência do beneficiário por um período determinado de tempo e prestando serviços para a Companhia (condição denominada como *vesting condition* pelo CPC 10/IFRS 2). Na data de outorga da opção, a Companhia calcula o valor justo de cada opção segundo a metodologia financeira, amplamente conhecida "*Black & Scholes*", levando em consideração diversos fatores na data da outorga da opção, como volatilidade das ações, preço de exercício da ação, preço de mercado das ações, período de carência, taxa de

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

desconto livre de risco, entre outros fatores. A despesa de remuneração em forma de ações é registrada segundo o período de competência e conforme o beneficiário presta serviços para a Companhia até a data em que o instrumento de capital poderá ser adquirido pelo beneficiário.

3.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da OdontoPrev é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é mantido no patrimônio líquido, na conta “dividendo adicional proposto”, até a sua aprovação pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

3.21 Lucro por ação

O lucro por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, em conformidade com o CPC 41/IAS 33, foi calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo ações em tesouraria. O desdobramento das ações, sem alteração do valor do capital social foi considerado no cálculo do lucro por ação do ano da ocorrência do evento, bem como do exercício imediatamente anterior para fins de comparação. O lucro por ação também foi calculado, mediante ao ajuste da quantidade ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Na nota 28 apresentamos o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

3.22 Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

A norma existente a seguir foi publicada, e é obrigatória para os períodos contábeis da Companhia subsequentes ao iniciado em 01 de janeiro de 2011. Todavia, não houve adoção antecipada dessa norma. A norma citada abaixo não foi mencionada para adoção antecipada pelo CPC e pela CVM.

- IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2015.
- IFRS 10, "Demonstrações Financeiras Consolidadas", determina um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento. A norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013.
- IFRS 11, "Acordos de Participação", eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de "ativos com controle compartilhado", mantendo apenas "operações com controle compartilhado" e "entidades com controle compartilhado". A norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- IFRS 12, “Divulgações de Participações em Outras Entidades”, expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas entidades que a Sociedade possui influência significativa. A norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013.

4. Conciliação da Lei das Sociedades por Ações e ANS

Tendo em vista que exercemos uma atividade regulada no setor de planos odontológicos, somos obrigados a apresentar nossas demonstrações financeiras com base no Plano de Contas da ANS, que apresenta rubricas contábeis com denominações diferentes daquelas comumente empregadas por empresas de outros setores. Desta forma, para facilitar a leitura das demonstrações financeiras, apresentamos a seguir uma reconciliação entre as denominações utilizadas pela Lei das Sociedades por Ações e aquelas adotadas pelo Plano de Contas da ANS:

		Companhia		Consolidado	
		Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	ANS	2011	2010	2011	2010
	Contraprestações líquidas	836.225	558.240	861.594	685.768
	Vendas de bens e serviços	12	162	6.907	5.920
	Variação das provisões técnicas	-	16.504	-	33.901
	Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	(26.996)	(20.435)	(28.218)	(24.334)
Impostos sobre vendas	Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	(5.020)	(3.468)
RECEITA DE VENDAS		809.241	554.471	835.263	697.787
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(404.608)	(262.805)	(416.464)	(345.131)
	Eventos indenizáveis líquidos	(345.102)	(221.025)	(352.470)	(296.964)
	Encargos sociais sobre serviços	(26.247)	(17.812)	(26.564)	(18.124)
	Materiais odontológicos	(6.142)	(4.802)	(4.025)	(3.014)
	Outras despesas operacionais	(13.096)	(2.220)	(19.384)	(8.780)
	Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(14.021)	(16.746)	(14.021)	(18.249)
RESULTADO BRUTO		404.633	291.866	418.799	352.656
Despesas de comercialização	Despesas de comercialização	(73.922)	(55.893)	(74.783)	(64.630)
Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas	(135.938)	(119.773)	(141.242)	(140.627)
Outras despesas	Outras despesas	(22.213)	(28.197)	(22.618)	(31.920)
	Outorga de opções de ações	(2.863)	(5.739)	(2.863)	(5.739)
	Provisão para perdas sobre créditos	(18.784)	(18.195)	(19.454)	(19.498)
	Participações no resultado	(566)	(4.263)	(301)	(6.683)
Resultado financeiro	Resultado financeiro	15.780	10.575	17.678	25.006
	Receitas financeiras	23.546	13.676	26.156	30.361
	Reversão dos juros sobre capital próprio	40.465	32.692	40.465	32.692
	Despesas financeiras	(48.231)	(35.793)	(48.943)	(38.047)
Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	4.787	25.043	(871)	324
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	193.127	123.621	196.963	140.809
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(47.816)	95.384	(51.293)	78.618
	Corrente	(33.645)	(20.025)	(37.142)	(41.048)
	Diferido	(14.171)	115.409	(14.151)	119.666
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	145.311	219.005	145.670	219.427
Atribuível a:					
	Acionistas da Companhia	145.311	219.005	145.311	219.005
	Participação dos não controladores	-	-	359	422
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	145.311	219.005	145.670	219.427
Lucro por ação aos acionistas da Companhia durante o período					
	Lucro básico por ação	0,82	1,24	0,82	1,24
	Lucro diluído por ação	0,82	1,22	0,82	1,22

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliação sobre a recuperação dos valores registrados no intangível, provisões técnicas e para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam essas estimativas e premissas periodicamente.

(a) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

Conforme requerido pelo IFRS, a Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, inclusive as contraprestações a receber de clientes.

Atualmente, as perdas sobre créditos identificadas na avaliação da recuperabilidade do contas a receber representam cerca de 2,3% das receitas totais da Companhia e de suas controladas, sendo aproximadamente 80% do total das perdas provêm dos contratos individuais pré-pagos. Caso a representatividade destes contratos fosse superior, a Companhia teria uma elevação no total de suas perdas registradas no resultado.

(b) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no limite de que seja provável que resultados futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e à determinação de horizonte de geração de resultados futuros tributáveis.

Referem-se, basicamente, aos efeitos de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias relativas à: ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente de controladas incorporadas (tal benefício fiscal está registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes CPC 32/IAS 12 e está embasado no futuro aproveitamento fiscal gerado no curso ordinário dos negócios da OdontoPrev); provisão para perdas sobre créditos; contingências fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas; e provisões diversas (exceto aquelas suportadas por NTA), conforme destacado na nota 11.1.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros

Conforme requerido pelo IFRS, a Companhia aplica as regras de análise e avaliação de recuperabilidade para ativos não financeiros. Na apuração de *impairment* do ágio, a Companhia emprega a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na avaliação do valor em uso, a Administração acredita que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas mencionadas na nota 14.2 levaria o valor contábil a exceder significativamente o seu valor recuperável.

(d) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

A Companhia dispõe de contratos de planos de assistência odontológica na modalidade pré-pagos que são classificados por similaridade como contratos de seguro em decorrência da transferência significativa de risco de seguro para a Companhia. As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros representam uma área em que a Companhia aplica estimativas contábeis críticas na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia liquidará em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos especialistas da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações (vide política contábil divulgada na nota 6.2 sobre gestão de risco de seguro e análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas na avaliação destes passivos).

(e) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e *status* (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25/IAS 37.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas detêm R\$72.438 (R\$41.249 em 31 de dezembro de 2010) em provisões para contingências, dos quais R\$67.813 (R\$37.325 em 31 de dezembro de 2010) correspondem a questionamento sobre incidência da contribuição previdenciária (INSS) sobre as remunerações pagas aos dentistas credenciados, instituída inicialmente pela LC nº 84/96 e, após, pela Lei nº 9.876/99 (nova redação dada ao artigo 22, inciso I da Lei nº 8.212/91), à alíquota de 20%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às operadoras, mas aos beneficiários, estando, dessa forma, fora do campo de incidência da referida contribuição, conforme destacado na nota 19.1.

6. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e suas controladas são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de flutuação dos custos odontológicos, de concorrência e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela Administração.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.1 Fatores de risco financeiro**6.1.1 Risco de mercado (taxa de juros)**

Em seu mercado de atuação e situação patrimonial, o risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia e suas controladas estarem sujeitas a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras.

A Companhia e suas controladas adotam a política de aplicação em títulos de emissão de instituições financeiras (CDBs) e de fundos de curto prazo, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN nº 159/07 e RN nº 206/09, da ANS, para a garantia das provisões técnicas. A carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico. Pelo fato da Companhia não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, a mesma não realiza diretamente operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2011, as aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas, conforme demonstrada na nota 8, totalizavam R\$199.781 (R\$121.518 em 31 de dezembro de 2010), dos quais 92,4% dos recursos estão aplicados em fundos de investimentos. Tais fundos, em sua maioria exclusivos, são impactados pelas variações na taxa de remuneração de títulos públicos do tesouro nacional (LTN).

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa Selic divulgados pelo relatório Focus do Banco Central, os quais apresentariam impacto no resultado de R\$16.132 (cenário provável), R\$20.165 (elevação de 25%) e R\$24.198 (elevação de 50%).

No quadro a seguir destacamos a distribuição das aplicações em CDBs junto as instituições financeiras, bem como a classificação destas junto as agências de crédito.

	Consolidado		Ratings das instituições financeiras				
	31 de dezembro de 2011	Rendimento médio - % do CDI	31 de dezembro de 2010	Rendimento médio - % do CDI	Fitch	Moody's	S&P
Banco BNP Paribas Brasil	-	-	2.670	103,0%	-	-	brAAA
Banco Bradesco S.A. ¹	267	98,8%	2.856	100,1%	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Industrial e Comercial S.A.	603	105,0%	536	103,0%	A+ (bra)	Aa1.br	brAA
Banco Panamericano S.A.	2.476	104,5%	2.210	104,5%	AA- (bra)	A1.br	-
Banco Santander Brasil S.A.	4.060	100,3%	8.996	101,3%	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Votorantim S.A.	7.851	104,3%	3.139	104,3%	AA+ (bra)	Aaa.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	-	-	54	91,0%	AAA (bra)	Aaa.br	-
HSBC Bank Brasil S.A.	-	-	4.441	104,0%	-	Aaa.br	-
Itaú Unibanco S.A.	-	-	81	93,5%	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
	15.257		24.983				

¹ Saldos incluem montantes do Banco IBI.

6.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia e suas controladas diretas e indiretas não receberem os valores decorrentes das contraprestações e serviços vencidos. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. Através de controles internos adequados, a Companhia monitora permanentemente o nível de suas contas a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na nota 3.6.5.

A Companhia não tem cliente que represente concentração de 10% ou mais do total de sua respectiva classe de ativos financeiros. Na nota 21 apresentamos a margem de contribuição e os principais ativos por segmento operacional, sendo o de planos coletivos pré-pagos o mais representativo.

6.1.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia e das suas controladas, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Os recebimentos que compõe o fluxo de caixa da Companhia são oriundos, basicamente, dos contratos coletivos na modalidade pré-pagamento, que prevê a liquidação da mensalidade mensal em contrapartida ao direito de utilização do benefício, o que ocorre em sua maioria no início de cada mês. Em contrapartida, os pagamentos à rede credenciada e corretores, principais fornecedores, transcorrem ao longo do mês.

6.2 Risco de seguro e risco de flutuação dos custos odontológicos

A OdontoPrev é a maior empresa de planos odontológicos da América Latina. Em 31 de dezembro de 2011 contava com 5.533.353 beneficiários (4.978.171 em 31 de dezembro de 2010) e uma rede credenciada de cerca de 25.000 cirurgiões-dentistas, presente em todo país.

O modelo de negócio da OdontoPrev é baseado na cobrança de mensalidades aos clientes, em contratos de médio e longo prazo, e está exposto a um baixo risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos, tendo em vista que no setor de planos odontológicos o risco é limitado à frequência de utilização dos serviços prestados junto à rede credenciada, e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

A OdontoPrev opera com mais de 100 planos odontológicos diferentes registrados junto à ANS que, juntamente com os planos odontológicos cujo registro é feito pelas operadoras de planos médico-hospitalares que atuam em conjunto com a Companhia, representam uma ampla gama de opções. Constantemente são desenvolvidos novos planos odontológicos e, para estruturá-los, são levados em consideração os fatores descritos abaixo:

Modelo de risco: implica em determinar quem arca com o custo do tratamento odontológico durante a vida do contrato. Os modelos de risco classificam-se em pré-pagos ou pós-pagos.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo do tratamento odontológico pode ser suportado pela Companhia, pelo cliente ou compartilhado por ambos, de diversas formas. Quando a OdontoPrev arca total ou parcialmente com esse custo, a taxa mensal *per capita* embute a previsão atuarial desses, bem como as demais despesas administrativas e comerciais (pré-pagos). Quando o cliente arca com o referido custo, a taxa mensal *per capita* cobrada inclui apenas as despesas administrativas e comerciais, sendo os honorários dos cirurgiões-dentistas repassados diretamente ao cliente (pós-pagos).

O modelo de risco pré-pago tem sido a opção da grande maioria dos clientes, tendo em vista o claro benefício em diluir seu risco individual. Este tipo de modelo é mais previsível para o cliente, evitando oscilações não desejadas de custo ao longo do contrato, e é de mais fácil gestão. Na nota 21 - segmentos operacionais, destacamos a margem de contribuição e composição dos principais ativos dos produtos comercializados pela Companhia.

Modelo de atendimento: define como o beneficiário receberá a assistência odontológica contratada: (i) se em rede credenciada; (ii) se no cirurgião-dentista de sua livre escolha; ou (iii) se em unidades próprias de atendimento. Na rede credenciada o beneficiário recebe os serviços odontológicos de que necessita, dentro da cobertura a que tem direito, sem qualquer desembolso adicional, além de contar com a plena atuação dos sistemas de controle de qualidade e seleção dos profissionais. No sistema de livre escolha de profissionais, o beneficiário é atendido pelo profissional de sua preferência. O beneficiário deve efetuar o pagamento diretamente a este e, posteriormente, solicitar o reembolso dos valores gastos, nos limites de seu contrato. Quando a opção se dá pelo atendimento em unidades próprias, duas modalidades são possíveis: o plano odontológico propriamente dito, denominado pela ANS de segmento odontológico próprio, ou a locação de consultórios odontológicos exclusivos dentro do cliente. No primeiro modelo, ocorre a definição de uma cobertura determinada e o pagamento pelo beneficiário de uma taxa mensal *per capita*. No segundo modelo, ocorre simplesmente o pagamento de um valor fixo por consultório, sem definição de cobertura, designação de beneficiários ou taxa *per capita*.

Modelo de adesão: determina se o grupo de beneficiários será vinculado de forma integral (compulsória) ou parcial (livre adesão) ao plano, e como se dará o pagamento da taxa mensal *per capita*, ou seja, se será totalmente custeado pelo cliente (empregador, associação, etc.), totalmente custeado pelo beneficiário, ou rateado por ambos, em diversas proporções.

Coberturas: é o conjunto de tratamentos odontológicos cujo custeio está total ou parcialmente coberto pelo plano odontológico contratado. A regulamentação vigente determina uma cobertura odontológica mínima, definida pela ANS.

A cobertura mais comercializada por nós é a do plano integral, que é superior à do plano odontológico mínimo, mas que não inclui as especialidades prótese, ortodontia e implantes.

Fatores moderadores de utilização: regras de uso e acesso aos serviços odontológicos cobertos, os quais contribuem na definição do custeio desses serviços e evitam o uso predatório e abusivo do sistema. Os principais tipos empregados são: (i) co-participação, que consiste no pagamento pelo próprio beneficiário de uma parte do valor dos tratamentos efetivamente recebidos; (ii) carências, que consistem em períodos nos quais o beneficiário não poderá utilizar-se dos serviços cobertos por seu plano; e (iii) franquias, que consistem em patamares de valor por evento de tratamento odontológico de responsabilidade exclusiva dos beneficiários até o limite da franquia, a partir dos quais se inicia a cobertura efetiva do plano.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os fatores moderadores estão presentes em diversas estruturas de planos odontológicos, sobretudo nos planos por adesão e para clientes individuais.

Honorários: são consideradas remunerações diferenciadas para os profissionais da nossa rede credenciada, bem como diversos patamares de reembolso de livre escolha.

Adicionalmente ao risco de seguros, o **risco de flutuação dos custos odontológicos** também tem impacto direto nos contratos de planos odontológicos. Tais custos podem ser acrescidos em decorrência do volume de utilização, legislação e maiores valores de materiais odontológicos.

Para controle destes a Companhia possui um sistema próprio que permite a avaliação individual de todos os tratamentos realizados, através de imagens radiográficas e de análise do prontuário eletrônico do associado, monitorando assim os custos odontológicos por cliente.

Os contratos, de forma geral, possuem prazo médio de 24 meses, originalmente com cláusula de rescisão com aviso prévio de 90 dias e multa contratual para rescisões solicitadas fora de prazo. Em sua maioria também possuem cláusulas de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos doze meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas (ou seja, custos de serviços dividido pela receita de vendas) e reajuste pela inflação conforme índice negociado com cada cliente.

A Companhia efetua acompanhamento constante de seus contratos visando minimizar os riscos, bem como a manutenção do equilíbrio financeiro destes. Todos os procedimentos mencionados acima procuram minimizar eventuais perdas ou redução de margem de contribuição. Atualmente, é admitido que um índice de sinistralidade de até 60% permita uma margem capaz de suportar as despesas administrativas da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o índice de sinistralidade consolidado foi de 49,9% (dados constantes da nota 4) e a margem de contribuição (resultado bruto deduzido das despesas de comercialização dividido pela receita de vendas) de 41,2%. Se o índice fosse de 60%, a margem de contribuição passaria para 31,1%, uma redução de 10,1 p.p., equivalente a R\$84.694.

6.3 Risco operacional - mercado de atuação (concorrência)

A Companhia opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos odontológicos com benefícios similares, incluindo empresas do setor de assistência à saúde, principalmente as operadoras de seguro saúde, de planos médicos hospitalares, cooperativas odontológicas, entidades filantrópicas e operadoras exclusivamente odontológicas.

A OdontoPrev possui uma estratégia de comercialização diversificada, a qual possibilita comercializar seus produtos a uma faixa maior de grupos em potencial e de maneira mais eficiente, bem como os nossos diversos canais de distribuição nos proporcionam flexibilidade para satisfazer as necessidades de todo o espectro de clientes. Comercializa planos odontológicos a empresas, associações e individuais por meio de:

- equipe interna de vendas, que atua em âmbito nacional;
- rede de corretores independentes;

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- alianças comerciais com planos médico-hospitalares, grupos de afinidade, incluindo emissores de cartão de crédito de redes varejistas e seguradoras, que oferecem nossos planos odontológicos como benefício adicional aos seus beneficiários;
- canais de distribuição do Banco Bradesco e da Bradesco Seguros.

Atualmente os fatores que impulsionam o crescimento do setor de planos odontológicos são: (i) desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda de serviços; (ii) falta de alternativa do sistema público; (iii) crescente penetração dos planos odontológicos nos pacotes de benefícios das empresas; (iv) oportunidades representadas pelo crescente interesse de novos canais de distribuição; (v) regulamentação.

Considerando os aspectos de crescimento do setor, acreditamos que a Companhia possui as seguintes vantagens competitivas: (i) economia de escala e alto potencial de crescimento; (ii) carteira de clientes diversificada; (iii) oferta de planos odontológicos de qualidade e personalizados; (iv) plataforma tecnológica proprietária, referência internacional; (v) administração profissional especializada, focada em geração de valor; e (vi) maior e melhor rede de cirurgiões-dentistas especialistas.

A OdontoPrev possui um alto índice de retenção de clientes corporativos, sendo que no três últimos anos o índice de renovação de contratos foi superior a 97%.

6.4 Risco de capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pela ANS. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico" de acordo com a visão de gestão de risco de capital adotada pela Companhia.

A estratégia de gestão de risco de capital é maximizar o valor do capital da Companhia mediante a otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Companhia.

Os principais objetivos da Companhia em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pela ANS e (ii) otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Companhia manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Na nota 15 – Recursos próprios mínimos e provisões técnicas, são descritas as regras para constituição de provisões técnicas, critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo e dependência operacional, conforme definições aplicáveis às operadoras de planos odontológicos.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Numerário e depósitos a vista em instituições financeiras	46	41	117	59
Depósitos a curto prazo	7.176	9.198	7.933	11.121
	7.222	9.239	8.050	11.180

8. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)

As aplicações financeiras, classificadas na categoria títulos para negociação, em sua maioria, possuem liquidez imediata e estão assim compostas:

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Certificados de depósitos bancários - CDBs (i)	14.580	16.869	15.257	24.983
Fundos de investimentos (ii)	3.892	4.209	7.433	5.409
Títulos públicos federais (iii)	164.977	90.611	177.091	91.126
	183.449	111.689	199.781	121.518

- (i) Referem-se a títulos pós-fixados, indexados à taxa diária de juros dos certificados de depósitos interbancários os quais apresentam, em sua maioria, liquidez diária. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui aplicação em CDB de R\$3.649 (R\$2.931 em 31 de dezembro de 2010) junto ao Banco Santander e R\$6.672 (R\$2.087 em 31 de dezembro de 2010) junto ao Banco Votorantim, ambos com carência de até 12 meses; R\$0 (R\$344 em 31 de dezembro de 2010) junto ao Banco Bradesco e demais CDBs no valor de R\$4.259 (R\$11.507 em 31 de dezembro de 2010).
- (ii) Os valores das cotas de fundos de investimentos são apurados com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.
- (iii) Os valores de títulos públicos federais referem-se a fundos exclusivos, os quais são administrados pelo Banco Bradesco e tem a gestão da carteira exercida pelo Bradesco *Asset Management*, em condições de mercado.

Uma parcela do saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$60.394 (R\$69.713 em 31 de dezembro de 2010) pela Companhia e R\$63.657 (R\$70.863 em 31 de dezembro de 2010) no consolidado está vinculada à ANS para garantia das provisões técnicas, de acordo com a RN nº 206/09.

Composição da carteira de investimentos quanto aos prazos de vencimentos originais:

	Companhia				
	Sem vencimento	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Certificados de depósitos bancários - CDBs	-	3.029	7.175	4.376	14.580
Fundos de investimentos	3.892	-	-	-	3.892
Títulos públicos federais	-	-	255	164.722	164.977
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.892	3.029	7.430	169.098	183.449
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.209	-	7.413	100.067	111.689

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Sem vencimento	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Certificados de depósitos bancários - CDBs	-	3.029	7.175	5.053
Fundos de investimentos	7.433	-	-	-
Títulos públicos federais	-	-	255	176.836
Saldo em 31 de dezembro de 2011	7.433	3.029	7.430	181.889
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.409	-	12.960	103.149

As aplicações em CDB são classificadas no ativo circulante, independente de seus prazos de vencimento, tendo em vista a garantia de liquidez diária integral oferecida pela contraparte ou por possuir carência de até 12 meses e também por estarem classificadas como títulos para negociação. Na nota 6.1.1 destacamos as instituições financeiras nas quais a Companhia e suas controladas mantêm aplicações em CDB.

9. Créditos de operações com planos de assistência à saúde (empréstimos e recebíveis - clientes)

Correspondem aos valores a receber de pessoas físicas e jurídicas, como segue:

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Faturas/prêmios a receber	105.595	91.524	111.212	96.494
Notas de débito	600	750	600	750
Provisão para perdas sobre créditos	(22.234)	(17.135)	(23.240)	(17.530)
Subtotal	83.961	75.139	88.572	79.714
Faturamento antecipado ¹	(71.148)	(58.861)	(74.167)	(61.226)
	12.813	16.278	14.405	18.488

¹ Refere-se aos faturamentos emitidos, cujo período de competência ocorre em meses subsequentes ao da emissão.

As composições de créditos de operações com planos de assistência à saúde por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2011, da Companhia e do consolidado, estão demonstradas a seguir:

	Companhia			
	A vencer	Vencidas		Total
	Até 30 dias	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	
Faturas/prêmios e notas de débitos a receber	70.882	10.917	8.501	15.895
Provisão para perdas sobre créditos	(1.762)	(1.864)	(2.713)	(15.895)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	69.120	9.053	5.788	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	59.646	11.616	3.877	-

	Consolidado			
	A vencer	Vencidas		Total
	Até 30 dias	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	
Faturas/prêmios e notas de débitos a receber	75.194	11.210	8.701	16.707
Provisão para perdas sobre créditos	(1.762)	(1.867)	(2.904)	(16.707)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	73.432	9.343	5.797	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	63.507	11.799	4.408	-

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O contas a receber de clientes é composto conforme demonstrativo a seguir:

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Faturas/prêmios a receber	105.595	91.524	111.212	96.494
Notas de débito	600	750	600	750
Faturamento antecipado	(71.148)	(58.861)	(74.167)	(61.226)
Provisão para perdas sobre créditos	(22.234)	(17.135)	(23.240)	(17.530)
(=) Contas a receber de clientes, líquidas	12.813	16.278	14.405	18.488
Adiantamentos de clientes	(3.976)	(2.771)	(3.993)	(2.781)
(=) Contraprestações/prêmios a receber de clientes	8.837	13.507	10.412	15.707

A movimentação da provisão para perdas sobre créditos de contraprestações/prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo no início do período	(17.135)	(8.593)	(17.530)	(11.305)
Reversões (provisões) constituídas no período, líquidas	(18.784)	(18.249)	(19.454)	(15.932)
Saldo de incorporação	-	(3.636)	-	(3.636)
Perdas com clientes	13.685	13.343	13.744	13.343
Saldo no fim do período	(22.234)	(17.135)	(23.240)	(17.530)

As perdas com clientes foram registradas na conta "provisão para perdas sobre créditos" no resultado. Valores que são provisionados como perda para *impairment* são geralmente baixados (*write-off*) quando não há mais expectativa da Administração para recuperação do ativo financeiro; isto ocorre geralmente com 180 dias.

As demais classes de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

10. Tributos correntes a recuperar

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (i)	27.390	18.322	34.176	20.371
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (i)	10.504	6.483	11.884	7.794
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.748	1.126	3.428	5.782
Outros	452	211	1.806	1.323
	41.094	26.142	51.294	35.270

(i) Refere-se a antecipações de IRPJ e CSLL e a saldos credores do trimestre e de exercícios anteriores

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Realizável a longo prazo**11.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Referem-se, basicamente, aos efeitos de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias cuja realização seja provável, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia e suas controladas constituem IRPJ e CSLL sobre todas diferenças temporárias ativas.

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto de renda diferido	104.301	113.993	105.173	114.850
Contribuição social diferida	37.549	41.038	37.862	41.347
	141.850	155.031	143.035	156.197

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto diferido ativo				
Provisão para perdas sobre créditos		7.734	7.948	5.950
Provisões para contingências fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis		23.894	24.128	14.687
Provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados (PEONA)		-	281	5.372
Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Incorporadas		102.946	102.946	126.992
Outras provisões		7.276	7.732	3.196
		141.850	143.035	156.197
A ser recuperado até 12 meses		41.307	42.076	36.158
A ser recuperado após 12 meses		100.543	100.959	120.039

A Companhia registrou ativo fiscal diferido sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente de controladas incorporadas. Tal benefício fiscal está registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes CPC 32/IAS 12 e está embasado no futuro aproveitamento fiscal gerado no curso ordinário dos negócios da OdontoPrev.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados no ativo realizável a longo prazo, possuem a contrapartida em contas do resultado “imposto de renda diferido” e “contribuição social diferida”.

	Companhia					
	Provisão para perdas sobre crédito	Provisões para contingências fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	Provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados	Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Incorporada	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2010	5.826	14.575	5.372	126.992	2.266	155.031
(Debitado) creditado à demonstração do resultado	1.908	9.319	-	(24.046)	5.010	(7.809)
(Debitado) diretamente ao patrimônio	-	-	(5.372)	-	-	(5.372)
Em 31 de dezembro de 2011	7.734	23.894	-	102.946	7.276	141.850

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	Provisão para perdas sobre crédito	Provisões para contingências fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	Provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados	Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Incorporada	Outras provisões
Em 31 de dezembro de 2010	5.950	14.687	5.372	126.992	3.196
(Debitado) creditado à demonstração do resultado	1.998	9.441	-	(24.046)	4.536
(Debitado) diretamente ao patrimônio	-	-	(5.091)	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	7.948	24.128	281	102.946	7.732

11.2 Depósitos judiciais

Referem-se, basicamente, a depósitos de processos judiciais relativos a cobrança do INSS sobre autônomos e a majoração de alíquota da COFINS, conforme quadro abaixo:

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Fiscais	424	424	2.709	2.529
COFINS	-	-	2.235	2.040
Outros	424	424	474	489
Previdenciárias e trabalhistas	31.241	28.198	31.393	28.327
INSS	31.172	28.151	31.172	28.151
Outros	69	47	221	176
Cíveis	253	252	253	447
	31.918	28.874	34.355	31.303

11.3 Outros créditos a receber

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
DentalCorp	1.016	3.327	1.016	3.327
Rede Dental	928	1.929	928	1.929
Care Plus/Biodent	460	827	460	827
Sepao	337	621	337	621
Prontodente	76	103	76	103
OdontoServ	313	419	313	419
	3.130	7.226	3.130	7.226

Conforme nota 12, a Companhia teve aprovada pela ANS a aquisição do controle societário das empresas acima demonstradas. Desta forma, foram revisados os procedimentos contábeis, fiscais e trabalhistas utilizados por aquelas Sociedades, sendo identificados casos que envolvem potenciais riscos. O montante identificado acima tem como contrapartida o valor registrado na rubrica "outras exigibilidades" (nota 19.2).

Conforme previsto nos Instrumentos Particulares de Outorga de Opção de Compra de Cotas e Outras Avenças, firmado entre os antigos sócios dessas empresas e a Companhia, esses sócios, em determinadas circunstâncias, garantem o reembolso de eventuais pagamentos que a Companhia seja obrigada a efetuar. Os montantes registrados em outros créditos encontram-se garantidos em aplicações efetuadas em fundos de investimentos e CDBs em nome dos antigos sócios e somente poderão movimentar estas aplicações com autorização da Companhia, minimizando assim qualquer risco de crédito relativo a operação de aquisição do controle societário das empresas mencionadas.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos

Os investimentos são classificados como segue:

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Participações em controladas	27.486	21.829	-	-
Participações societárias	499	740	438	758
	27.985	22.569	438	758

As participações em controladas são classificadas como segue:

					2011	Equivalência patrimonial ¹		Saldo de investimentos	
	Capital social	Quantidade de cotas/ ações possuídas	Participação (%)	Lucro (prejuízo) do período		31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Controladas					Patrimônio líquido				
Clidec	8.290	8.290	99,9	386	10.578	385	116	10.577	10.192
OdontoPrev Serviços	2.278	2.278	99,9	846	5.612	847	701	5.612	4.765
Rede Dental	1.162	1.162	99,9	4.448	10.699	4.447	1.617	10.698	6.251
Adcon	43	43	99,9	(21)	652	(21)	138	599	621
Bradesco Dental	-	-	-	-	-	-	22.471	-	-
						5.658	25.043	27.486	21.829

¹ Em 31 de dezembro de 2011, a equivalência patrimonial totalizou R\$4.787, sendo que a despesa de R\$871 refere-se à participação na coligada Odontored CV.

Controladas	Data de aquisição e/ou aprovação pela ANS	Valor total	Valor patrimonial	Ágio
		Valor aquisição		
Bradesco Dental	18 de outubro de 2009	723.392	313.752	409.640
Rede Dental	08 de outubro de 2007	7.584	(119)	7.703
DentalCorp	09 de fevereiro de 2007	25.244	386	24.858
Sepao	24 de outubro de 2008	9.203	82	9.121
SRJSPE	26 de junho de 2008	13.720	(130)	13.850
Care Plus	19 de junho de 2008	13.113	(230)	13.343
Biodent	19 de junho de 2008	2.837	98	2.739
Prontodente	22 de dezembro de 2008	5.445	(235)	5.680
OdontoServ	27 de fevereiro de 2009	30.841	10.025	20.816
Easy	08 de julho de 2008	3.100	456	2.644
Total Consolidado		834.479	324.085	510.394

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado

	Companhia												
	Equipos. de computação	Veículos	Software	Instalações	Máquinas e equipos.	Móveis e utensílios	Equipos. de comunicação	Equipos. odontológicos	Total de bens móveis	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total de outras imobilizações	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2010	2.372	584	2.425	196	442	1.463	236	80	7.798	814	6	820	8.618
Aquisições e (baixas)	604	-	145	-	36	592	15	(2)	1.390	1.132	2.663	3.795	5.185
Transferência para intangível	87	-	(2.068)	-	(87)	-	-	-	(2.068)	-	-	-	(2.068)
Depreciações	(729)	(216)	(502)	(36)	(48)	(245)	(52)	(11)	(1.839)	(472)	-	(472)	(2.311)
Saldos em 31 de dezembro 2011	2.334	368	-	160	343	1.810	199	67	5.281	1.474	2.669	4.143	9.424
Custo de aquisição	6.654	1.121	-	539	765	3.219	762	455	13.515	4.596	2.669	7.265	20.780
Depreciações acumuladas	(4.320)	(753)	-	(379)	(422)	(1.409)	(563)	(388)	(8.234)	(3.122)	-	(3.122)	(11.356)
Valor residual em 31 de dezembro 2011	2.334	368	-	160	343	1.810	199	67	5.281	1.474	2.669	4.143	9.424
Taxa anual de depreciação (%)	20	20	-	10	10	10	10	10	-	20	-	-	-

	Consolidado												
	Equipos. de computação	Veículos	Software	Instalações	Máquinas e equipos.	Móveis e utensílios	Equipos. de comunicação	Equipos. odontológicos	Total de bens móveis	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total de outras imobilizações	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2010	2.448	584	3.375	342	490	1.821	236	633	9.929	1.196	26	1.222	11.151
Aquisições e (baixas)	654	-	132	-	55	687	17	91	1.636	1.132	2.642	3.774	5.410
Transferência para intangível	86	-	(3.005)	-	(73)	(12)	-	-	(3.004)	-	-	-	(3.004)
Depreciações	(741)	(215)	(502)	(51)	(73)	(301)	(48)	(139)	(2.070)	(593)	-	(593)	(2.663)
Saldos em 31 de dezembro 2011	2.447	369	-	291	399	2.195	205	585	6.491	1.735	2.668	4.403	10.894
Custo de aquisição	7.209	1.154	-	1.945	913	3.932	772	1.869	17.794	5.652	2.668	8.320	26.114
Depreciações acumuladas	(4.762)	(785)	-	(1.654)	(514)	(1.737)	(567)	(1.284)	(11.303)	(3.917)	-	(3.917)	(15.220)
Valor residual em 31 de dezembro 2011	2.447	369	-	291	399	2.195	205	585	6.491	1.735	2.668	4.403	10.894
Taxa anual de depreciação (%)	20	20	-	10	10	10	10	10	-	20	-	-	-

14. Intangível

14.1 Ágio na aquisição de investimentos

Refere-se ao ágio fundamentado na geração de lucros futuros, pagos na aquisição de investimentos mencionados na nota 12. Até 31 de dezembro de 2008, esses valores eram amortizados linearmente pelo prazo de 5 anos. A partir dessa data, deixaram de ser amortizados, passando a ser avaliados anualmente por testes de recuperabilidade (*impairment*).

14.2 Teste do ágio para verificação de *impairment*

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. É alocado às unidades de negócio (UN) para fins de teste de *impairment*, as quais se beneficiam da combinação de negócios que originou o ágio, conforme destacado no quadro a seguir:

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2011 e 2010		
	Ágio	Amortização ¹	Ágio líquido
Bradesco Dental	409.640	-	409.640
Rede Dental	7.703	(1.544)	6.159
DentalCorp	24.858	(9.529)	15.329
Sepao	9.121	(303)	8.818
SRJSPE	13.850	(1.616)	12.234
Care Plus	13.343	(1.563)	11.780
Biodent	2.739	(319)	2.420
Prontodente	5.680	-	5.680
OdontoServ	20.816	-	20.816
Total da Companhia	507.750	(14.874)	492.876
Easy	2.644	(265)	2.379
Total do Consolidado	510.394	(15.139)	495.255

¹ Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.

O teste de *impairment* do ágio é aplicado anualmente, tendo o último sido realizado em 31 de dezembro de 2011 no encerramento do exercício. Neste teste foi empregada a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado com abordagem baseada na natureza da unidade geradora de caixa avaliada, na existência de controle financeiro e operacional histórico da UN, na disponibilidade de projeções financeiras e em discussões com a Administração.

Após aplicação do teste de *impairment*, concluímos não ser necessária constituição de provisão para perda.

14.3 Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de *software* e outros

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Desenvolvimento de sistemas (i)	8.139	7.182	8.139	7.117
Licenças de uso de <i>software</i> (i)	5.278	155	6.701	239
Ativos intangíveis - OdontoServ (ii)	9.791	9.779	9.791	9.779
Outros	5	16	27	34
Amortizações acumuladas	(12.152)	(6.121)	(12.607)	(6.158)
	11.061	11.011	12.051	11.011

O período de amortização dos intangíveis com vida útil definida é de: (i) desenvolvimento de sistemas e licença de uso de *software*, prazo de 60 meses; (ii) ativos intangíveis provenientes da OdontoServ, são amortizados linearmente conforme período de vida útil suportado por laudo de avaliação (marca por 120 meses; carteira de clientes por 36 meses e não competitividade por 60 meses).

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.4 Movimentação do ativo intangível

				Consolidado
	Ágio na aquisição de investimentos	Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de <i>software</i> e outros	Despesas de comercialização diferidas	Total
Custo	510.394	17.169	11.275	538.838
Amortização e <i>impairment</i> acumulados	(15.139)	(6.158)	(5.346)	(26.643)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	495.255	11.011	5.929	512.195
Adições/Baixas	-	1.915	18.251	20.166
Reclassificação, líquida	-	3.005	-	3.005
Amortizações	-	(3.880)	(14.965)	(18.845)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	495.255	12.051	9.215	516.521
Custo	510.394	24.658	29.526	564.578
Amortização e <i>impairment</i> acumulados	(15.139)	(12.607)	(20.311)	(48.057)
Saldo contábil, líquido	495.255	12.051	9.215	516.521

15. Recursos próprios mínimos e provisões técnicas - Companhia

A ANS publicou em 22 de dezembro de 2009 a RN nº 209, alterada pelas RNs nº 227/10, 243/10 e 247/11, que estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo. As principais definições aplicáveis às operadoras de planos odontológicos são:

- (a) O patrimônio mínimo ajustado (PMA) representa o valor mínimo do patrimônio líquido ou patrimônio social, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital base de R\$ 5.596. O patrimônio mínimo requerido por esta regra é de R\$ 181, sendo o patrimônio líquido ajustado da Companhia R\$283.501 em 31 de dezembro de 2011 (R\$241.022 em 31 de dezembro de 2010).
- (b) A margem de solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre 0,20 vezes a soma dos últimos 12 meses das contraprestações, ou 0,33 vezes da média anual dos últimos 36 meses dos eventos líquidos, dos dois o maior. Em 31 de dezembro de 2011 a margem de solvência apurada foi de R\$165.195 (R\$111.648 em 31 de dezembro de 2010) com base nas contraprestações, sendo o patrimônio líquido ajustado calculado em 31 de dezembro de 2011 de R\$283.501 (R\$241.022 em 31 de dezembro de 2010).
- (c) Até 31 de dezembro de 2010 era facultativa a constituição da PEONA para as operadoras exclusivamente do segmento odontológico. Em se optando pela constituição, é indispensável o prévio encaminhamento de sua metodologia de cálculo, para análise e aprovação da ANS, passando a ser obrigatória a partir da data da efetiva aprovação.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e sua controlada Rede Dental registraram os montantes apurados de PEONA no grupo "outras contas a pagar", conforme nota 18.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A partir de 01 de janeiro de 2011, a PEONA passa a ser obrigatória para operadoras com mais de 20.000 beneficiários. Até que haja aprovação da NTA as operadoras deverão constituir valores mínimos de PEONA observando o maior entre 9,5% do total de contraprestações e 12% do total de eventos indenizáveis nos últimos 12 meses na modalidade de preço preestabelecido. Deverá ser observada a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 do valor calculado pelo prazo máximo de 36 meses. A Companhia protocolou junto à ANS ofício apresentando NTA contendo metodologia de cálculo para constituição de PEONA.

Em 31 de dezembro de 2011, enquanto aguarda a aprovação por parte da ANS, a Companhia registrou montante apurado dessa provisão no passivo circulante "provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados". A controlada Rede Dental reclassificou para o passivo circulante "provisão de eventos ocorridos e não avisados", a parcela mínima definida pela RN nº 243/10, do montante de PEONA anteriormente classificado em "outras contas a pagar".

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui saldo de provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados no valor de R\$44.270 e Consolidado de R\$44.947 (R\$14.449 em 31 de dezembro de 2010 para a Companhia e Consolidado).

- (d) Os eventos a liquidar com operações de assistência odontológica passaram a ser classificados a partir de 2010 como "provisão de eventos/sinistros a liquidar" no grupo "provisões técnicas de operações de assistência odontológica" de acordo com IN nº 36/09, alterada pela IN nº 46/11. O saldo em 31 de dezembro de 2011 da Companhia corresponde a R\$5.010 (R\$15.174 em 31 de dezembro de 2010). No consolidado, o saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$5.929 (R\$16.191 em 31 de dezembro de 2010).

Em decorrência da publicação da RN nº 206/09, os saldos registrados no passivo circulante referentes à provisão de riscos/provisão de prêmios não ganhos, previstos na regulamentação anterior, foram revertidos em 2010 em sua totalidade em contrapartida à conta crédito da conta de resultado de "variação das provisões técnicas".

Conforme CPC 11/IFRS 4 parágrafo 37 (e) destacamos a seguir a movimentação das provisões relativas a eventos (passivos de seguros):

	Companhia	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	29.623	30.640
Eventos avisados/incorridos no período	345.102	352.470
Eventos pagos	(355.266)	(362.732)
Constituição da provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados	29.821	30.498
Saldo em 31 de dezembro de 2011	49.280	50.876
Provisão de eventos/sinistros a liquidar	5.010	5.929
Provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados	44.270	44.947
Saldo em 31 de dezembro de 2011	49.280	50.876

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações fiscais (tributos e contribuições a recolher)

O saldo de tributos e contribuições a recolher são como segue:

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Obrigações fiscais federais	40.044	25.474	43.937	29.224
IRPJ	24.550	14.640	26.862	17.104
CSLL	9.089	5.871	9.959	6.797
COFINS	1.232	2.636	1.572	2.746
PIS	964	571	1.038	608
IRRF	3.884	1.434	4.142	1.571
Outras	325	322	364	398
Obrigações fiscais estaduais	-	-	13	30
Obrigações fiscais municipais	1.239	1.272	1.580	1.492
	41.283	26.746	45.530	30.746

17. Fornecedores

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Comissões a pagar	4.345	3.241	4.365	3.278
Fornecedores de bens e serviços	5.078	10.617	5.329	9.605
	9.423	13.858	9.694	12.883

Comissões a pagar correspondem aos compromissos relacionados a prestadores de serviço de intermediação de planos, em sua maioria liquidados mensalmente.

Fornecedores de bens e serviços correspondem aos serviços diversos prestados relacionados a manutenção e funcionamento das atividades complementares da Companhia.

18. Outras contas a pagar

Inclui PEONA, que aguarda aprovação do cálculo pela ANS, conforme mencionado nas notas 3.11 e 15. (c), e provisões diversas constituídas de acordo com gastos incorridos.

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
PEONA	-	15.800	825	17.303
Provisão diversas:	12.600	4.060	12.600	4.060
Comissões	2.038	2.472	2.038	2.472
Suporte TI e atendimento	276	588	276	588
Telecomunicações	530	163	530	163
Serviços	2.869	533	2.869	533
Eventos	6.586	-	6.586	-
Outras provisões	301	304	301	304
Créditos a identificar	10.232	7.179	10.437	7.368
Contraprestação contingente	-	5.242	-	5.242
Outros	892	1.874	945	2.113
	23.724	34.155	24.807	36.086

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Exigível a longo prazo**19.1 Provisões para contingências**

A Administração da Companhia constitui provisões baseadas na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, e considera que os valores provisionados na rubrica "provisões para contingências", no exigível a longo prazo, são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais. Os valores relativos a perdas possíveis não provisionados, referentes a 414 processos cíveis (não relacionados a tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos) e a 48 processos trabalhistas da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2011, totalizam o montante de R\$10.062 (R\$6.379 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais envolvendo, principalmente, contingências fiscais, previdenciárias e trabalhistas e cíveis, como segue:

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão Líquida	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão Líquida
Fiscais	1.769	(2.709)	(940)	1.857	(2.529)	(672)
Previdenciárias e trabalhistas	68.736	(31.393)	37.343	37.704	(28.327)	9.377
INSS	67.802	(31.172)	36.630	37.325	(28.151)	9.174
Outros	934	(221)	713	379	(176)	203
Cíveis	1.933	(253)	1.680	1.688	(447)	1.241
	72.438	(34.355)	38.083	41.249	(31.303)	9.946

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2011				31 de dezembro de 2010
	Fiscal	Previdenciário e trabalhista	Cíveis	Total	
Movimentações					
Saldo inicial	1.857	37.704	1.688	41.249	23.470
Constituição	9	26.434	337	26.780	16.332
Baixas	(97)	(133)	(92)	(322)	(794)
Atualização monetária	-	4.731	-	4.731	2.241
Saldo final	1.769	68.736	1.933	72.438	41.249
Quantidade de processos				120	89

(a) Fiscais:

O passivo relacionado às contingências fiscais em discussão judicial é mantido até o trânsito em julgado da ação (decisão definitiva sem que caiba mais recurso pelas partes).

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e sua controlada Clidec, através de ação judicial, pleitearam a possibilidade de recolhimento da COFINS na forma determinada pela LC nº 7/70, e não na forma preconizada pela Lei nº 9.718/98, bem como a compensação com a CSLL da diferença dos valores recolhidos com base na alíquota de 3%. No tocante à Companhia, houve êxito parcial do pedido, tendo sido declarada a inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo da COFINS. Quanto à Clidec, igualmente houve êxito parcial no mesmo sentido, tendo sido solicitado levantamento dos depósitos judiciais realizados durante o processo, estando no aguardo da decisão.

(b) Previdenciárias e trabalhistas:**(i) INSS**

A Companhia e sua controlada Rede Dental discutem judicialmente a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos dentistas credenciados, instituída inicialmente pela LC nº 84/96 e, após, pela Lei nº 9.876/99 (nova redação dada ao artigo 22, inciso I da Lei nº 8.212/91), à alíquota de 20%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às operadoras, mas aos beneficiários, estando, dessa forma, fora do campo de incidência da referida contribuição. Em agosto de 2010, foi determinada através de liminar a suspensão da exigibilidade da contribuição previdenciária, sem obrigatoriedade do depósito judicial, apenas provisionamento contábil. Vale mencionar que a Bradesco Dental já possuía processo judicial com o mesmo objeto, tendo realizado depósitos judiciais até julho de 2010, data da incorporação societária pela Companhia, oportunidade em que esta assumiu o polo ativo da referida demanda. Em dados consolidados, tais obrigações estão totalmente contabilizadas no montante de R\$67.802 em 31 de dezembro de 2011 (R\$37.325 em 31 de dezembro de 2010), para os quais foram realizados depósitos judiciais de R\$31.172 em 31 de dezembro de 2011 (R\$28.151 em 31 de dezembro de 2010).

(ii) Outras

A Companhia e suas controladas são parte em ações de natureza trabalhista, sendo a grande maioria pedidos de reajuste salarial na forma prevista em convenção coletiva da qual o sindicato (Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo - SINOG), ao qual a Companhia e suas controladas são filiadas, não participou. Em 31 de dezembro de 2011 o montante total provisionado é de R\$934 (R\$379 em 31 de dezembro de 2010).

(c) Contingências cíveis:

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais cíveis, cujo objeto, em sua grande maioria, é a indenização por danos materiais e morais, totalizando, em 31 de dezembro de 2011, o montante de R\$1.933 (R\$1.688 em 31 de dezembro de 2010).

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.2 Outras exigibilidades

Refere-se a potenciais riscos identificados em *due diligence* e estão garantidos por depósitos em contas vinculadas, conforme nota 11.3.

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
DentalCorp	975	3.349	975	3.349
Rede Dental	928	1.929	928	1.929
Care Plus/Biodent	456	827	456	827
Sepao	337	621	337	621
Prontodente	76	103	76	103
OdontoServ	313	419	313	419
	3.085	7.248	3.085	7.248

20. Patrimônio líquido**20.1 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$506.557, dividido em 177.098.264 ações ordinárias, sem valor nominal.

A cotação de fechamento das ações da Companhia (ODPV3 - BM&FBOVESPA) em 31 de dezembro de 2011 correspondeu a R\$26,60 (R\$25,09 por ação em 31 de dezembro de 2010). O valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$4,31 (R\$4,06 por ação em 31 de dezembro de 2010).

20.2 Reservas de capital

As reservas de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2011 são de R\$35.324 (R\$53.095 em 31 de dezembro de 2010), constituídas por:

	Companhia e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ágio na emissão de ações	48.392	48.392
Opções outorgadas (i)	5.947	9.275
Outorga de opções de ações diferidas (ii)	(1.601)	(2.255)
Capital adicional integralizado (iii)	(17.414)	(2.317)
Reservas de capital	35.324	53.095

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Constituição do montante estimado da 3ª e 4ª outorgas de opções mais saldo da 2ª outorga, utilizando a metodologia de cálculo *Black-Scholes*.
- (ii) Saldo da 3ª e 4ª outorgas de opções a ser apropriado pelo período de *vesting*.
- (iii) Montante da diferença entre a constituição estimada pela metodologia de cálculo *Black-Scholes* e o montante de exercício da 1ª e 2ª outorga de opções.

20.3 Reservas de lucros

As reservas de lucros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 são de R\$220.725 (R\$158.721 em 31 de dezembro de 2010), constituídas por:

	Companhia e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Reserva legal (i)	29.169	21.903
Reserva estatutária (ii)	117.568	139.209
Reserva de incentivos fiscais	129	129
Ações em tesouraria (iii) e (iv)	(10.735)	(2.520)
Dividendo adicional proposto (v)	84.594	-
Reservas de lucros	220.725	158.721

- (i) constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social.
- (ii) conforme Estatuto Social vigente, os resultados apurados serão distribuídos da seguinte forma: i) abatimento de prejuízos, se houver; ii) 5% para constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito, iii) dividendo obrigatório mínimo de 50% sobre o lucro líquido observando os seguintes ajustes: a) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências, b) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas, e iv) constituição de reserva estatutária (retenção de lucros), referente ao saldo remanescente, podendo ser deliberada a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos além dos dividendos obrigatórios.
- (iii) em 26 de abril de 2010, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 421.000 (1.684.000 após desdobramento de 01 de julho de 2010), ações de emissão da própria Companhia mediante a utilização de recursos consignados em reserva estatutária com o objetivo de lastrear as opções de compra de ações dentro do programa de outorga de opção de compra de ações. Foram adquiridas 1.645.796 ações, sendo todas utilizadas para liquidação do exercício da 1ª e 2ª outorga de opções.
- (iv) em 04 de agosto de 2011, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de 740.036 ações de emissão da própria Companhia mediante a utilização de recursos consignados em reserva estatutária com o objetivo de lastrear as opções de compra de ações da 3ª outorga de opções.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (v) composto pela parcela de R\$12.594 de juros sobre o capital próprio, declarados em 26 de dezembro de 2011 e pagos em 10 de janeiro de 2012, acima do percentual de 50% previsto no Estatuto Social da Companhia como dividendo mínimo obrigatório. Conforme proposta da Administração para destinação do resultado do exercício de 2011, está sendo submetido à aprovação da AGOE (a ser realizado em 02 de abril de 2012) o dividendo complementar de R\$72.000, acima do dividendo mínimo obrigatório, sendo composto por R\$50.359 de parte do lucro líquido (vide nota 20.4) e R\$21.641 de saldo existente de reserva estatutária.

20.4 Lucros acumulados

Em atendimento ao CPC 26/IAS 1 (R) demonstramos a movimentação da conta lucros acumulados de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011 :

Saldos em 31 de dezembro de 2010	-
Lucro líquido do exercício	145.311
Proposta de destinação do lucro:	(145.311)
Reserva legal	(7.266)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,1327 por ação)	(23.508)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,0959 por ação)	(16.957)
Dividendos (R\$ 0,2666 por ação)	(47.221)
Dividendo adicional proposto	(50.359)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-

20.5 Programa de outorga de opção de compra de ações

A AGE de 19 de abril de 2007 aprovou a criação de Plano de opção de compra de ações (Plano), nos termos do artigo 19 - XVIII do Estatuto Social, destinado aos empregados e Administradores da Companhia e de suas controladas. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, que terá poderes para tomar as medidas necessárias à sua manutenção, dentro das diretrizes aprovadas. As opções outorgadas através do Plano ficam limitadas a 5% do capital total.

Em 02 de agosto de 2007, o Conselho de Administração aprovou, de acordo com a recomendação do Diretor Presidente da Companhia, voluntariamente não beneficiário, a primeira outorga do plano de opção de compra de ações, que representou o volume de 221.859 ações (887.436 após desdobramento de 01 de julho de 2010), ao preço de R\$44,85 por ação (R\$11,21 após desdobramento).

Em 28 de fevereiro de 2008, o Conselho de Administração aprovou, de acordo com a recomendação do Diretor Presidente da Companhia, voluntariamente não beneficiário, a segunda outorga do plano de opção de compra de ações, que representou o volume de 353.494 ações (1.413.976 após desdobramento de 01 de julho de 2010), ao preço de R\$32,42 por ação (R\$8,11 após desdobramento).

Em 25 de março de 2009, o Conselho de Administração aprovou, de acordo com a recomendação do Diretor Presidente da Companhia, voluntariamente não beneficiário, a terceira outorga do plano de opção de compra de ações, que representou o volume de 255.002 ações (1.020.008 após desdobramento de 01 de julho de 2010), ao preço de R\$17,60 por ação (R\$4,40 após desdobramento).

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 11 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou, de acordo com a recomendação do Comitê de Recursos Humanos da Companhia, a quarta outorga do plano de opção de compra de opções, que representou o volume de 698.707 ações, ao preço de R\$12,93 por ação. Como nas outorgas anteriores o Diretor Presidente é voluntariamente não beneficiário.

Em 20 de setembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou, de acordo com a recomendação do Comitê de Recursos Humanos da Companhia, a quinta outorga do plano de opção de compra de opções, que representou o volume de 583.815 ações, ao preço de R\$20,87 por ação. Como nas outorgas anteriores o Diretor Presidente é voluntariamente não beneficiário.

O preço de exercício será corrigido monetariamente pelo IGP-M, índice de preços divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período entre a data de celebração dos contratos de opção e a data dos respectivos exercícios, deduzidas as remunerações efetuadas aos acionistas ocorridas no período.

As opções poderão ser exercidas a partir de 3 (três) anos, contados da data de celebração do respectivo Instrumento de Outorga (período de *vesting*).

Respeitado o prazo máximo de 6 (seis) anos para o exercício e o período de cada exercício, os beneficiários poderão exercer as opções, total ou parcialmente, mediante comunicação por escrito à Companhia. A notificação de exercício só será válida e eficaz se entregue para a Administração da Companhia com 1 (um) mês de antecedência de cada Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia, previstas no calendário de eventos corporativos, salvo se fixado outro prazo pelo Conselho de Administração, comunicado ao beneficiário com a devida antecedência.

Durante o prazo de 3 (três) anos a contar da data de exercício da opção, os beneficiários não poderão vender e/ou ofertar à venda um número de ações calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$N = 0,5 \times Q \times (1 - P_e/P_m)$$

Onde:

- N = quantidade de ações retidas para venda após 3 (três) anos do exercício.
- Q = quantidade de opções disponíveis para exercício.
- P_m = preço de mercado da ação na data do exercício (cotação de fechamento do dia anterior).
- P_e = preço de exercício da opção.

O valor justo do benefício dos programas de outorga de opção de compra de ações constituídos foi estimado com base no modelo de valorização de opções *Black-Scholes*, tendo sido consideradas as seguintes premissas médias ponderadas:

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ano de Outorga				
	2011	2010	2009	2008	2007
Taxa livre de risco	5,3%	6,0%	9,3%	11,4%	11,3%
Volatilidade anualizada esperada	30,1%	26,6%	40,6%	24,3%	33,9%
Preço de exercício da opção no momento da outorga	20,87	12,93	17,60	32,42	44,85
Preço de exercício da opção no momento da outorga após split	20,87	12,93	4,40	8,11	11,21
Valor justo do benefício na data de outorga (por ações)	13,23	7,00	14,17	19,72	20,18
Valor justo do benefício na data de outorga após split (por ações)	13,23	7,00	3,54	4,93	5,05

O custo máximo, na data da outorga, de remuneração provenientes desses programas de outorga de compra de ações era de R\$27.676, conforme demonstrado a seguir:

Data de outorga	Quantidade de ações	Valor da opção	Total (R\$ mil)
02 de agosto de 2007	887.436	5,05	4.477
28 de fevereiro de 2008	1.413.976	4,93	6.971
25 de março de 2009	1.020.008	3,54	3.613
11 de agosto de 2010	698.707	7,00	4.891
20 de setembro de 2011	583.815	13,23	7.724
	4.603.942		27.676

A tabela a seguir sumariza os programas de outorga de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2011:

Ano	Início do período		Cancelamentos		Opções exercidas		Final do período	
	Elegíveis	Opções	Elegíveis desligados	Opções canceladas	Elegíveis	Opções exercidas	Elegíveis	Opções existentes
2007	31	887.436	10	329.768	21	557.668	-	-
2008	46	1.413.976	9	325.848	37	1.088.128	-	-
2009	51	1.020.008	10	279.972	-	-	41	740.036
2010	47	698.707	2	20.386	-	-	45	678.321
2011	(i)	583.815	-	-	-	-	-	583.815
		4.603.942		955.974		1.645.796		2.002.172

(i) Beneficiários do plano de opção de compra de ações ainda não definidos.

Em atendimento ao CPC 10/IFRS 2, tomando-se por base os prazos de carência dos programas, foi reconhecido como despesa com planos de opções de ações em função do decurso de prazo do período de *vesting*, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de capital, o valor de R\$2.863 em 31 de dezembro de 2011 (R\$5.739 em 31 de dezembro de 2010).

Em conjunto, as cinco outorgas do plano de opção de compra de ações representam 2,60% do capital social da Companhia, em 31 de dezembro 2011.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Conselho de Administração aprovou a alienação de 1.645.796 ações, em razão do exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano, referente ao Programa de Outorga de 2007 (1ª outorga) e de 2008 (2ª outorga).

21. Segmentos operacionais

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e de suas controladas com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, aprovados pela Diretoria.

As atividades da Companhia e de suas controladas são organizadas nos seguintes segmentos de negócios:

- (i) planos coletivos pré-pagos: os custos do atendimento odontológico dos beneficiários, todos os aspectos referentes à administração do plano e à gestão de saúde bucal da população considerada são assumidos pela Companhia, em troca de uma remuneração mensal *per capita*;
- (ii) planos coletivos pós-pagos: o cliente assume integralmente o risco atuarial do contrato, arcando com o custo dos serviços prestados. Os serviços administrativos, de suporte e de gestão de saúde são basicamente os mesmos prestados nos nossos produtos pré-pagos. Nesse modelo, a OdontoPrev recebe uma taxa fixa mensal *per capita* pelos serviços de gestão, bem como reembolso do custo dos serviços odontológicos prestados no mês de referência;
- (iii) planos individuais pré-pagos: os custos do atendimento odontológico dos beneficiários, todos os aspectos referentes à administração do plano e à gestão de saúde bucal da população considerada são assumidos pela Companhia, em troca de uma remuneração mensal *per capita*;
- (iv) outros: inclui diversos segmentos com menor representatividade no total das receitas da Companhia, sendo:
 - atendimento odontológico em consultórios próprios: incluem a instalação de consultórios dentro de clientes específicos (*in company*), e as unidades abertas a todos os beneficiários (através da Clidec);
 - serviços administrativos e consultivos (prestados pela OdontoPrev Serviços);
 - aquisição e distribuição de materiais odontológicos para rede credenciada (por intermédio da Dental Partner);
 - desenvolvimento de programas de computação (por meio da Easy).

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir destacamos a margem de contribuição por canal/segmento operacional da Companhia e de suas controladas:

Companhia										
	COLETIVO				INDIVIDUAL		OUTROS		TOTAL	
	Pré-pagamento		Pós-pagamento		Pré-pagamento					
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de					
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Contraprestações líquidas	742.682	468.586	14.266	10.878	79.277	78.776	-	-	836.225	558.240
Variação das provisões técnicas	-	14.193	-	-	-	2.311	-	-	-	16.504
Contraprestações efetivas de operações com planos de assistência à saúde	742.682	482.779	14.266	10.878	79.277	81.087	-	-	836.225	574.744
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	(22.061)	(16.108)	(971)	(364)	(3.964)	(3.963)	-	-	(26.996)	(20.435)
Vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	12	162	12	162
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE VENDAS	720.621	466.671	13.295	10.514	75.313	77.124	12	162	809.241	554.471
Custo de serviços	(380.274)	(237.084)	(8.915)	(7.128)	(15.419)	(18.393)	-	-	(404.608)	(262.605)
RESULTADO OPERACIONAL	340.347	229.587	4.380	3.386	59.894	58.731	12	162	404.633	291.866
Despesas de comercialização	(51.959)	(31.662)	(63)	(59)	(21.900)	(24.172)	-	-	(73.922)	(55.893)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	288.388	197.925	4.317	3.327	37.994	34.559	12	162	330.711	235.973
Margem x receita de vendas	40,0	42,4	32,5	31,6	50,4	44,8	-	-	40,9	42,6
Margem x total	87,2	83,9	1,3	1,4	11,5	14,6	0,0	0,1	100,0	100,0
Principais ativos alocados por segmento:										
Faturas/prêmios a receber	88.050	74.548	4.874	3.427	12.671	13.542	-	7	105.595	91.524
Notas de débito	-	-	600	750	-	-	-	-	600	750
Faturamento antecipado	(63.662)	(53.338)	-	-	(7.486)	(5.523)	-	-	(71.148)	(58.861)
Provisão para perdas sobre créditos	(17.761)	(9.788)	(986)	(1.017)	(3.487)	(6.330)	-	-	(22.234)	(17.135)
Ativos alocados por segmento	6.627	11.422	4.488	3.160	1.698	1.689	-	7	12.813	16.278
Ativos não alocados por segmento:										
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	7.222	9.239
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	183.449	111.689
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	47.876	30.756
Estoques	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros valores e bens	-	-	-	-	-	-	-	-	255	351
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	176.982	191.167
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	27.985	22.569
Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	9.424	8.618
Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	513.152	509.816
Ativos não alocados	-	-	-	-	-	-	-	-	966.345	884.205
TOTAL DOS ATIVOS	-	-	-	-	-	-	-	-	979.158	900.483

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado										
	COLETIVO				INDIVIDUAL					
	Pré-pagamento		Pós-pagamento		Pré-pagamento		OUTROS		TOTAL	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Contraprestações líquidas	764.896	596.114	14.266	10.878	82.432	78.776	-	-	861.594	685.768
Variação das provisões técnicas	-	32.086	-	-	-	1.815	-	-	-	33.901
Contraprestações efetivas de operações com planos de assistência à saúde	764.896	628.200	14.266	10.878	82.432	80.591	-	-	861.594	719.669
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	(23.125)	(20.007)	(971)	(364)	(4.122)	(3.963)	-	-	(28.218)	(24.334)
Vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	6.907	5.920	6.907	5.920
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	(5.020)	(3.468)	(5.020)	(3.468)
RECEITA DE VENDAS	741.771	608.193	13.295	10.514	78.310	76.628	1.887	2.452	835.263	697.787
Custo de serviços	(390.986)	(319.610)	(8.915)	(7.128)	(16.563)	(18.393)	-	-	(416.464)	(345.131)
RESULTADO OPERACIONAL	350.785	288.583	4.380	3.386	61.747	58.235	1.887	2.452	418.799	352.656
Despesas de comercialização	(52.363)	(40.399)	(63)	(59)	(22.357)	(24.172)	-	-	(74.783)	(64.630)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	298.422	248.184	4.317	3.327	39.390	34.063	1.887	2.452	344.016	288.026
Margem x receita de vendas	40,2	40,8	32,5	31,6	50,3	44,5	-	-	41,2	41,3
Margem x total	86,7	86,2	1,3	1,2	11,5	11,8	0,5	0,9	100,0	100,0
Principais ativos alocados por segmento:										
Faturas/prêmios a receber	90.407	77.316	4.874	3.427	15.931	15.744	-	7	111.212	96.494
Notas de débito	-	-	600	750	-	-	-	-	600	750
Faturamento antecipado	(64.030)	(53.642)	-	-	(10.137)	(7.584)	-	-	(74.167)	(61.226)
Provisão para perdas sobre créditos	(18.305)	(10.119)	(986)	(1.017)	(3.949)	(6.394)	-	-	(23.240)	(17.530)
Ativos alocados por segmento	8.072	13.555	4.488	3.160	1.845	1.766	-	7	14.405	18.488
Ativos não alocados por segmento:										
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	8.050	11.180
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	199.781	121.518
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	61.431	42.127
Estoques	-	-	-	-	-	-	-	-	784	355
Outros valores e bens	-	-	-	-	-	-	-	-	255	351
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	180.699	194.840
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	438	758
Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	10.896	11.151
Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	516.519	512.195
Ativos não alocados	-	-	-	-	-	-	-	-	978.853	894.475
TOTAL DOS ATIVOS	-	-	-	-	-	-	-	-	993.258	912.963

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita de vendas

As contraprestações efetivas de operações com planos de assistência à saúde compõem-se das contraprestações líquidas, segundo o plano de contas da ANS, adicionadas as receitas de vendas de bens e serviços e tributos incidentes, equivalem-se à receita de vendas na forma da Lei das Sociedades por Ações. Sua contrapartida ocorre no ativo circulante, na conta “créditos com operações com planos de assistência à saúde” e “outros créditos a receber”, respectivamente, conforme destacamos a seguir:

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro		Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	2010	2011	2010
Contraprestações líquidas	836.225	558.240	861.594	685.768
Varição das provisões técnicas	-	16.504	-	33.901
Contraprestações efetivas de operações com planos de assistência à saúde	836.225	574.744	861.594	719.669
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	(26.996)	(20.435)	(28.218)	(24.334)
Vendas de bens e serviços	12	162	6.907	5.920
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	(5.020)	(3.468)
Receita de vendas	809.241	554.471	835.263	697.787

Pelo fato da ANS não ter aprovado o CPC 11/IFRS 4, as contraprestações líquidas incluem na Companhia e no Consolidado R\$14.266 e R\$10.878 em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente, relativos a planos administrados, diferentemente do CPC 11/IFRS 4 que define como receita de prestação de serviços.

A Companhia e suas controladas: (i) não possuem clientes que representem mais do que 10% da totalidade das receitas de vendas e (ii) geraram a totalidade de suas receitas no Brasil.

23. Eventos indenizáveis líquidos

Referem-se aos custos dos serviços odontológicos, de acordo com os termos de relações contratuais com a nossa rede credenciada de cirurgiões-dentistas e com a remuneração estipulada na tabela de procedimentos vigente. Inclui também os reembolsos efetuados aos nossos associados pela utilização de benefícios odontológicos fora da rede credenciada. Os valores são registrados em contrapartida à conta “eventos a liquidar com operações de assistência à saúde” no passivo circulante.

Adicionando-se aos eventos os totais de encargos sociais sobre serviços, materiais odontológicos, e outras despesas operacionais apuramos o custo de serviços, conforme demonstrado a seguir:

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro		Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	2010	2011	2010
Eventos indenizáveis líquidos	(345.102)	(221.025)	(352.470)	(296.964)
Encargos sociais sobre serviços	(26.247)	(17.812)	(26.564)	(18.124)
Materiais odontológicos	(6.142)	(4.802)	(4.025)	(3.014)
Outras despesas operacionais	(13.096)	(2.220)	(19.384)	(8.780)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(14.021)	(16.746)	(14.021)	(18.249)
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(404.608)	(262.605)	(416.464)	(345.131)

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Despesas de comercialização (despesas com vendas)

As despesas de comercialização referem-se às comissões incorridas junto à corretoras independentes e a outros canais de distribuição.

25. Despesas administrativas

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2011	2010	2011	2010
Pessoal e serviços de terceiros	(80.994)	(63.561)	(79.863)	(73.431)
Localização e funcionamento	(20.274)	(15.671)	(23.062)	(18.934)
Taxas e tributos	(3.198)	(2.217)	(3.466)	(2.889)
Publicidade e propaganda	(10.553)	(6.673)	(11.186)	(7.170)
Viagens, impressos e assinaturas	(5.744)	(5.246)	(6.396)	(6.148)
Depreciação e amortização	(5.778)	(5.094)	(6.173)	(5.480)
Aquisições	(3.884)	(3.361)	(3.884)	(3.361)
Associação Bradesco Dental	-	(13.107)	-	(18.107)
Associação Banco do Brasil	(844)	(140)	(844)	(140)
Odontored	(352)	(97)	(352)	(97)
Outras	(4.317)	(4.606)	(6.016)	(4.870)
	(135.938)	(119.773)	(141.242)	(140.627)

26. Resultado financeiro

Consiste nas receitas financeiras geradas por investimentos financeiros e atualizações de créditos tributários e depósitos judiciais, deduzidas das despesas financeiras geradas pela atualização das provisões para contingências judiciais e despesas com tarifas bancárias.

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2011	2010	2011	2010
Rendimentos de aplicações financeiras	18.087	11.560	19.561	27.831
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	2.908	1.194	2.908	1.194
Reversão dos juros sobre capital próprio	40.465	32.692	40.465	32.692
Outras receitas financeiras	2.551	922	3.687	1.336
Receitas financeiras	64.011	46.368	66.621	63.053
Tarifas bancárias	(1.627)	(1.283)	(1.754)	(1.459)
Atualização monetária das provisões para contingências judiciais	(4.708)	(1.386)	(4.731)	(2.241)
Juros sobre o capital próprio	(40.465)	(32.692)	(40.465)	(32.692)
Outras despesas financeiras	(1.431)	(432)	(1.993)	(1.655)
Despesas financeiras	(48.231)	(35.793)	(48.943)	(38.047)
Resultado financeiro líquido	15.780	10.575	17.678	25.006

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Cálculo do imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social estão conciliados para os valores registrados como despesa do exercício, conforme segue:

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2011	2010	2011	2010
Base de cálculo IRPJ e CSLL	193.127	123.621	196.963	140.809
(x) Alíquota vigente (%)	34	34	34	34
Expectativa de (despesas) de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(65.663)	(42.031)	(66.967)	(47.875)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes / temporárias:				
Equivalência patrimonial	1.645	8.515	(279)	(110)
Prejuízos fiscais	-	-	207	99
Provisão para contingências	(10.481)	(4.738)	(10.604)	(7.061)
Provisão para eventos ocorridos e não avisados	-	(5.372)	-	(5.883)
Provisões diversas	1.916	(1.380)	2.154	(1.776)
Provisão para perdas sobre créditos	(597)	(1.656)	(675)	(2.065)
Amortização do ágio	29.997	18.760	29.997	18.760
Ajustes lei 11.638/07	(1.844)	(1.286)	(1.855)	(1.286)
Outorga de opções de ações	(973)	(1.951)	(973)	(1.951)
Juros sobre capital próprio	13.758	11.115	13.758	11.115
Diferencial de alíquota ¹	-	-	-	(2.664)
Outras	(1.403)	(1)	(1.905)	(351)
Despesa de IRPJ e CSLL	(33.645)	(20.025)	(37.142)	(41.048)
Receita (despesa) de IRPJ e CSLL diferidos	(14.171)	115.409	(14.151)	119.666

¹ Refere-se a alíquota de IRPJ (40%) incidente sobre a operação da Bradesco Dental no período de janeiro a junho de 2010, antes da incorporação à Companhia.

28. Lucro por ação

Conforme definições do CPC 41/IAS 33 detalhadas na nota 3.21, apresentamos o cálculo do lucro básico e do diluído por ação:

(a) Básico

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2011	2010 ¹
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (R\$ mil)	145.311	219.005
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	176.820	177.070
Lucro básico por ação (R\$)	0,82	1,24

¹ Em julho de 2010 as ações foram desdobradas 1:4 e para efeito de comparação aplicamos o desdobramento.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Diluído

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2011	2010 ¹
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (R\$ mil)	145.311	219.005
Ações ordinárias (em milhares)		
Quantidade média ponderada de ações emitidas	176.820	177.070
Ajuste de opções de compra de ações	1.171	2.527
Quantidade média ponderada de ações para o lucro diluído por ação	177.991	179.597
Lucro diluído por ação (R\$)	0,82	1,22

¹ Em julho de 2010 as ações foram desdobradas 1:4 e para efeito de comparação aplicamos o desdobramento.

29. Dividendos e juros sobre capital próprio

No quadro a seguir destacamos, os montantes deliberados a título de dividendos e juros sobre capital próprio:

						Companhia
Deliberação					Competência	
Aprovação	Tipo	Data	Valor por ação (R\$)	Data do pagamento	2011	2010
RCA	Dividendos	10/11/2010	0,3176	22/12/2010	-	56.258
RCA	Juros sobre capital próprio	10/11/2010	0,1846	22/12/2010	-	32.692
AGO	Dividendos	15/04/2011	0,0856	11/05/2011	-	15.078
RCA	Dividendos	04/08/2011	0,2666	21/09/2011	47.221	-
RCA	Juros sobre capital próprio	04/08/2011	0,1327	21/09/2011	23.508	-
RCA	Juros sobre capital próprio	26/12/2011	0,0959	10/01/2012	16.957	-
Proposta ¹	Dividendos complementares	-	0,4075	25/04/2012	72.000	-
					159.686	104.028

¹ A ser submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 02 de abril de 2012.

RCA = Reunião do Conselho de Administração

AGO = Assembléia Geral Ordinária

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Lucro líquido do exercício	145.311	219.005
(-) Reserva legal	(7.266)	(10.950)
Base de cálculo ajustada	138.045	208.055
(%) Percentual dividendo mínimo conforme Estatuto	50	50
Dividendos mínimos	69.023	104.028
Dividendos	47.221	56.258
Juros sobre capital próprio	34.396	32.692
Dividendo adicional proposto	72.000	-
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados/propostos	153.617	88.950
Complemento (excedente) dividendo mínimo obrigatório	(84.594)	15.078
Dividendos mínimos	69.023	104.028

30. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuem compromissos relativos a contratos de locação de imóvel comercial de seus escritórios executivos e clínicas odontológicas, com os respectivos vencimentos abaixo:

	Companhia	Consolidado
Até um ano	2.181	3.465
De um a quatro anos	2.970	4.360
	5.151	7.825

Todos os contratos são canceláveis mediante multa rescisória.

31. Combinações de negócios

A Companhia firmou acordo de Associação com a Bradesco Dental em 18 de outubro de 2009 (data de aquisição), obtendo aprovação da ANS e por AGE em 23 de dezembro de 2009. O valor total da transação, de R\$ 409.640, foi integralmente fundamentado como ágio por expectativa de rentabilidade futura, conforme destacamos a seguir.

	Bradesco Dental
Consideração paga	675.000
Ajuste valor pago ¹	48.192
Ajuste de alocação	200
Ativos líquidos adquiridos	(313.752)
Ágio de expectativa de rentabilidade futura	409.640

¹Ajuste valor pago = 19.259.436 novas ações emitidas x preço unitário da ação, na data da transação, de R\$37,55 - valor desembolsado na aquisição de R\$ 675.000.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 23 de março de 2009, a Companhia adquiriu a totalidade das cotas da OdontoServ. Nesta mesma data, a Companhia obteve controle da adquirida. O total do ágio de R\$20.816 originado desta combinação de negócios é fundamentado por sinergias e economias de custos, bem como rentabilidade futura esperada na aquisição deste negócio pela Companhia. A seguir apresentamos um resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta combinação de negócios, calculados a valor justo:

	OdontoServ
Consideração paga em dinheiro	25.600
Ajuste valor pago ¹	5.241
Ativos líquidos adquiridos	(10.025)
Ágio de expectativa de rentabilidade futura	20.816

¹ Valor adicional a ser pago (earn out) mediante atingimento de índices de EBITDA em conformidade com o Instrumento Particular de Compra e Venda acordado entre as partes na data da transação.

O valor justo dos ativos líquidos adquiridos foi calculado mediante contratação de serviços de avaliação independente e foi efetuada de acordo com o CPC 15/IFRS 3 (R) e critérios de segregação estabelecidos pelo CPC 04 (R)/IAS 38.

32. Partes relacionadas

As operações entre a Companhia e suas controladas consistem em contratos de prestação de serviços administrativos e de credenciamento no fornecimento de serviços, prestação de serviços de assistência odontológica, prestação de serviços de informática e fornecimento de produtos odontológicos cujos valores, prazos e taxas foram negociados e aplicados em condições idênticas às contratadas com partes não relacionadas, e são demonstradas a seguir:

Ativo/(Passivo)	Natureza	OdontoPrev				
		OdontoPrev	Clídec	Serviços	Easy	Dental Partner
Outros créditos a receber	Serviços administrativos	-	612	-	-	437
Fornecedores de bens e serviços	Serviços administrativos	(1.049)	-	-	-	-
Receita/(Despesa)						
Contraprestações líquidas	Planos odontológicos	57	-	-	-	-
	Material e serviços odontológicos,					
Vendas de bens e serviços	serviços administrativos	-	6.805	19.392	72	5.277
Eventos indenizáveis líquidos	Serviços odontológicos	(3.642)	-	-	-	-
Materiais odontológicos	Materiais odontológicos	(5.277)	-	-	-	-
Administrativas	Serviços administrativos	(22.627)	(22)	(32)	(3)	-
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011		(32.538)	7.395	19.360	69	5.714
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010		(22.443)	3.544	14.308	128	4.463

A Companhia mantém operações com empresas do Grupo Bradesco, no qual a Bradesco Saúde, acionista da OdontoPrev, faz parte. Tais operações foram pactuadas em condições de mercado e são relacionadas abaixo:

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo/(Passivo)	Grupo Bradesco
Disponibilidades	2.891
Aplicações financeiras	545
Faturamento antecipado	(4.423)
Fornecedores de bens e serviços	(696)
Receita/(Despesa)	
Contraprestações líquidas	51.043
Outras despesas operacionais	(8.391)
Receitas financeiras	9.409
Despesas financeiras	(263)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011	50.115

A Companhia também possui contrato de distribuição de planos de saúde odontológicos com o Banco Bradesco, pelo prazo de 10 anos, e contratou-o como agente escriturador de suas ações.

Adicionalmente às transações mencionadas acima a Companhia possui: (i) contrato de credenciamento para prestação de serviços de assistência odontológica, por prazo indeterminado, com Sra. Raquel Virgínia Zanetti e Sra. Anete Scharfstein Zanetti, respectivamente irmã e cônjuge do Diretor Presidente, que totalizaram R\$0 e R\$3 em 31 de dezembro de 2011; (ii) através de sua controlada direta Clidec, mantém um contrato de locação comercial, por prazo indeterminado, de imóvel situado a Av. Paulista, nº 2.444, conjunto 151, com o Sr. Artemio Luiz Zanetti, pai do Diretor Presidente, que totalizou R\$20 em 31 de dezembro de 2011.

A Companhia e suas controladas concedem participações no resultado a seus colaboradores e administradores, vinculados ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2011, foram apropriados, à título de participações nos resultados, os montantes de R\$566 (R\$4.263 em 31 de dezembro de 2010) e R\$301 (R\$6.683 em 31 de dezembro de 2010), na Companhia e no consolidado, respectivamente.

A remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária, segregada entre seus componentes fixos e variáveis, estão assim compostos:

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2011	2010
Diretoria Estatutária	3.285	3.748
Pró-labore	2.679	2.557
Benefícios	138	155
Bônus	468	1.036
Conselho de Administração	1.140	1.008
Pró-labore	1.140	1.008
Conselho Fiscal	223	126
Pró-labore	223	126
	4.648	4.882

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme relacionado abaixo, os membros da Diretoria Estatutária são detentores de opções conforme Plano de opção de outorga (benefícios de longo prazo) detalhado na nota 20.5.

Ano	Início do período		Cancelamentos		Opções exercidas		Final do período	
	Elegíveis	Opções	Elegíveis desligados	Opções canceladas	Elegíveis	Opções exercidas	Elegíveis	Opções existentes
2007	6	428.496	3	194.808	3	233.688	-	-
2008	5	465.864	2	162.972	3	302.892	-	-
2009	7	459.452	3	226.028	-	-	4	233.424
2010	5	262.507	-	-	-	-	5	262.507
		1.616.319		583.808		536.580		495.931

Os Conselhos de Administração e Fiscal não possuem remuneração variável e a Companhia não é patrocinadora de plano de previdência complementar, nem qualquer outro benefício pós-emprego ou de rescisão de contrato de trabalho.

33. Seguros

A política da Companhia é manter cobertura de seguros em montante considerado satisfatório em face dos riscos envolvidos.

34. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas não operaram diretamente e nem apresentavam posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

Odontoprev S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Informação suplementar: fluxo de caixa – método direto

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2011	2010	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de plano de saúde	820.513	558.524	866.363	715.808
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(68.147)	(22.554)	(74.440)	413.239
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(328.713)	(213.106)	(343.436)	(297.173)
Pagamento de comissões	(63.024)	(44.108)	(64.009)	(55.222)
Pagamento de pessoal	(46.370)	(43.762)	(69.814)	(61.422)
Pagamento de pró-labore	(2.843)	(2.530)	(3.856)	(3.361)
Pagamento de serviços de terceiros	(26.927)	(40.425)	(28.171)	(50.974)
Pagamento de tributos	(85.094)	(73.494)	(93.441)	(105.632)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(538)	(542)	(651)	(6.950)
Pagamento de aluguel	(2.967)	(2.029)	(4.817)	(3.933)
Pagamento de promoção/publicidade	(7.036)	(3.776)	(7.499)	(4.444)
Outros recebimentos (pagamentos) operacionais	(63.307)	(5.490)	(51.449)	7.595
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	125.547	106.708	124.780	547.531
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de imobilizado	(4.266)	(5.055)	(4.568)	(5.591)
Desenvolvimento do sistemas e licença de uso de <i>software</i> e outros	(2.385)	(1.900)	(2.385)	(1.900)
Despesas de comercialização diferidas	(3.287)	(5.905)	(3.287)	(2.354)
Restituições de capital de controladas	-	317.388	-	-
Baixa de investimentos por incorporação	-	75.623	(44)	(353)
Aquisição de investimentos incluindo o ágio (líquido de caixa adquirido)	(629)	(739)	(629)	(739)
Dividendos recebidos de controladas	-	49.461	-	-
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(10.567)	428.873	(10.913)	(10.937)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(85.806)	(161.372)	(85.806)	(161.616)
Aquisição de ações próprias - em tesouraria	(37.345)	(10.627)	(37.345)	(10.627)
Restituições de capital pagas	-	(362.478)	-	(362.478)
Recebimento outorga de opções de ações	6.154	5.361	6.154	5.361
CAIXA (APLICADO) EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(116.997)	(529.116)	(116.997)	(529.360)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.017)	6.465	(3.130)	7.234
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Saldo inicial	9.239	2.774	11.180	3.946
Saldo final	7.222	9.239	8.050	11.180
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.017)	6.465	(3.130)	7.234